

- 1- [ATAS](#)
    - 1.1- [27ª Reunião Ordinária de Debates](#)
    - 1.2- [19ª Reunião Extraordinária](#)
    - 1.3- [Reuniões de Comissões](#)
  - 2- [ORDENS DO DIA](#)
    - 2.1- Plenário 2.2.-Comissões
  - 3- EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
    - 3.1- [Comissão](#)
  - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
  - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
- 
- 

ATAS

-----

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23 DE JUNHO DE 1995, INTERROMPIDA PARA A INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e  
Antônio Júlio

**SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência:** Mensagem nº 15/95 (encaminha o Projeto de Lei nº 323/95), do Governador do Estado - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 324/95 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Ciência e Tecnologia, de Fiscalização Financeira e de Saúde e Ação Social e do Deputado Wanderley Ávila - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicações apresentadas - Interrupção dos trabalhos ordinários - Destinação da parte interrompida - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Declaração de instalação - Registro de presença - Palavras dos Deputados Pauderney Avelino e José Militão - Palavras do Sr. Presidente - Esclarecimentos sobre os debates - Palavras do Deputado Antônio do Valle - Palavras do primeiro, do segundo, do terceiro, do quarto e do quinto expositores - Debates - Reabertura dos trabalhos ordinários - **ENCERRAMENTO.**

**ABERTURA**

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - Kemil Kumaira - Marcelo Cecé - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Wilson Trópia.

**O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**1ª Fase**

**Ata**

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Correspondência**

- O Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

#### **"MENSAGEM Nº 15/95\***

Belo Horizonte, 20 de junho de 1995.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, o projeto de lei incluso, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

A introdução do § 9º no artigo 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tem por objetivo atenuar a alíquota incidente sobre operações internas com óleo diesel e sobre prestações de serviço de transporte de passageiros, abrandando, na forma a ser prevista em regulamento, a carga tributária sobre atividades que influem diretamente no desenvolvimento da economia do Estado.

A par de tal medida, o projeto encaminhado, no seu artigo 2º, autoriza flexibilizar a regra prescrita no item 5 do § 1º do artigo 224 da mencionada Lei nº 6.763, de 1975, de forma a conter a evolução do valor da Unidade Padrão Fiscal de Minas Gerais, para torná-la condizente com o plano de estabilização da economia brasileira.

Por se tratar de matéria urgente, solicito a Vossa Excelência que o projeto incluso seja apreciado nos termos do artigo 69 da Constituição do Estado.

Apraz-me renovar a Vossa Excelência, nesta oportunidade, as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.

#### **PROJETO DE LEI Nº 323/95**

Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

Art. 1º - O artigo 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, fica acrescido do § 9º, com a seguinte redação:

"§ 9º - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, prazo e condições previstos em regulamento, a reduzir a carga tributária para até 12% (doze por cento), nas operações internas com óleo diesel e nas prestações de serviço de transporte de passageiros."

Art. 2º - A contar do mês de agosto de 1994, o Poder Executivo poderá deixar de aplicar o disposto no item 5 do § 1º do artigo 224 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, por período estabelecido em ato normativo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c os arts. 103 e 220, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

**O Sr. Presidente** - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

#### **Apresentação de Proposições**

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

#### **PROJETO DE LEI Nº 324/95**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Buritis -, com sede no Município de Buritis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Buritis -, com sede no Município de Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1995.

Hely Tarquínio

Justificação: A APAE de Buritis é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo incentivar a criação de estabelecimentos educacionais voltados para a reabilitação do excepcional.

Além disso, é responsável pela manutenção dessas escolas, assim como pelo desenvolvimento de programas integrados de educação, saúde, alimentação, orientação a familiares e alunos, visando, dessa forma, à completa adaptação de seus assistidos.

Pelas ações de natureza social que vem desenvolvendo a entidade, consideramos justa a outorga do título de utilidade pública ora proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **COMUNICAÇÕES**

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Ciência e Tecnologia, de Fiscalização Financeira e de Saúde e Ação Social e do Deputado Wanderley Ávila.

#### Abertura de Inscrições

**O Sr. Presidente** - Não havendo oradores inscritos para esta fase, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

#### Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Ciência e Tecnologia - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 462/95, do Deputado Alberto Pinto Coelho; pela Comissão de Fiscalização Financeira - rejeição, na 4ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 198/95, do Deputado Gil Pereira; pela Comissão de Saúde e Ação Social - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 143 e 158/95, do Deputado Ajalmar Silva; 152 e 153/95, do Deputado Antônio Júlio; 100/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 97/95, da Deputada Elbe Brandão; 90 e 189/95, do Deputado Francisco Ramalho; 154/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 128/95, do Deputado José Bonifácio; 82/95, do Deputado Marcelo Cecé; 99 e 145/95, da Deputada Maria Olívia; 150/95, do Deputado Paulo Pettersen; 127/95, do Deputado Romeu Queiroz; 151/95, do Deputado Ronaldo Vasconcelos; 142/95, do Deputado Simão Pedro Toledo; 81, 135, 147, 179, 181 e 188/95, do Deputado Wanderley Ávila (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Wanderley Ávila - falecimento do Prof. Geraldo Gonçalves Farnezi, em Diamantina (Ciente. Oficie-se.).

#### Interrupção dos Trabalhos Ordinários

**O Sr. Presidente** - A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para a instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

#### Destinação da Parte Interrompida

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta parte da reunião à instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Pauderney Avelino, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

#### Composição da Mesa

**O Sr. Presidente (Deputado Federal Pauderney Avelino)** - Agradecendo ao Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, convidado a tomar assento à mesa o Deputado José Militão, Secretário de Assuntos Municipais e representante do Governador do Estado de Minas Gerais; o Dr. Arlindo Porto, Senador da República; o Deputado Federal Antônio do Valle, Presidente da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas; a Dra. Márcia Martins Alves, Coordenadora-Geral da Micro, Pequena e Média Empresa e representante da Ministra da Indústria, Comércio e Turismo; o Dr. Felipe Roberto de Azeredo Vasconcelos, Gerente de Micro e Pequenas Empresas e representante do Presidente do Banco do Brasil; o Dr. Mauro Durante, Presidente do SEBRAE; o Dr. Tarcísio Caixeta, Secretário Municipal de Indústria e Comércio e representante do Prefeito Patrus Ananias; o Dr. Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente do Conselho de Diretores Lojistas de Minas Gerais - CDL -; o Dr. José Xavier Cunha, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais; o Dr. Ildeu de Oliveira Santos, Presidente da Associação Mineira da Micro e Pequena Empresa - AMIPEME -; o Dr. Luiz Fernando Vitor, Presidente do Banco de Brasília; o Prof. Antônio Lopes de Sá e o Dr. Reginaldo Arcuri, Secretário da Indústria e Comércio.

#### Execução do Hino Nacional

**O Sr. Presidente** - Convido todos a ouvir, de pé, o Hino Nacional.  
- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Declaração de Instalação

**O Sr. Presidente** - Declaro instalada a Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que será presidida pelo Deputado Antônio do Valle, tendo como 1º-Vice-Presidente o Deputado Herculano Anghinetti e 2º-Vice-Presidente o Deputado Severino Cavalcânti, e composta pelos seguintes membros titulares: Deputados Antônio do Valle, Betinho Rosado, Francisco Horta, Herculano Anghinetti, Paulo Ritzel, Roberto Pessoa, Sandro Mabel e Severino Cavalcânti. Membros suplentes: Deputados Cunha Lima, Enivaldo Ribeiro, Hugo Rodrigues da Cunha, João Pizzolatti, Júlio Redecker, Marcelo Teixeira, Maria Elvira e Nelson Otoch.

#### Registro de Presença

**O Sr. Presidente** - Registro a presença do membro da Comissão de Economia, meu prezado companheiro Jaime Martins Filho.

#### Palavras do Deputado Pauderney Avelino

**O Deputado Pauderney Avelino** - Srs. Deputados Federais; Sr. Senador da República; Sr. representante do Governador do Estado; Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Srs. Deputados Estaduais; Srs. empresários; Dr. Mauro Durante, Presidente do SEBRAE; minhas senhoras e meus senhores, estamos dando

prossequimento ao trabalho que nos propusemos a fazer na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, quando assumimos, duplamente, como os nossos companheiros, aquela Comissão.

No âmbito da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, instalamos a 5ª Subcomissão. E por que instalar uma subcomissão no Estado de Minas Gerais, na Assembléia Legislativa, já que ela faz parte da Câmara dos Deputados? Estamos dando uma nova dimensão ao processo parlamentar. Partiu da Comissão de Economia a idéia de instalar subcomissões nas diversas regiões brasileiras. Estamos adotando essa prática aqui, em Minas, já a adotamos no Amazonas, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, a fim de conhecermos, "in loco", as vicissitudes e os problemas que afligem o nosso País e, em especial, os segmentos da economia que, ao criarmos as comissões, estamos representando.

Queremos dar uma nova dimensão ao processo parlamentar. Então, nada mais simples do que visitarmos os Estados brasileiros. Esperamos que com isso estejamos dando uma contribuição muito grande para o processo de desenvolvimento brasileiro, para o processo de aprimoramento da nossa democracia e, em especial, para o Congresso Nacional, levando para o seu âmbito as questões maiores, dignas de ali serem discutidas.

A Subcomissão das Micro, Pequenas e Médias Empresas vai ser presidida por um Deputado mineiro da melhor qualidade, pessoa inteiramente ligada a esse assunto. Tenho a certeza de que o Deputado Antônio do Valle, juntamente com os Deputados Herculano Anghinetti e Severino Cavalcânti, três baluartes desse segmento da nossa economia, irão desincumbir-se dessa missão com muito brilhantismo, como, de praxe, sempre o fazem.

Tenho a certeza de que não só Minas Gerais estará bem representada, mas, principalmente, o Congresso brasileiro o estará. Iremos dar uma dimensão maior, uma dimensão que estava faltando, ou seja, iremos possibilitar a integração dos empresários do setor e do serviço brasileiro que cuida das micro, pequenas e médias empresas com o Legislativo. Essa integração é necessária e, a partir de agora, tenho certeza, ela será feita com bastante brilhantismo. Muito obrigado a todos os senhores. Passo a palavra ao representante do Governador, Deputado José Militão, para saudar os parlamentares e as demais autoridades presentes.

Palavras do Deputado José Militão

**O Deputado José Militão** - Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Federal Pauderney Avelino, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Senador Arlindo Porto; Deputado Federal Antônio do Valle, Presidente da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas; Dra. Márcia Martins Alves, Coordenadora de Micro, Pequena e Média Empresa da Secretaria da Indústria e Comércio, representando a Ministra Dorothea Werneck; Dr. Ednaldo Arcouri, Secretário da Indústria e Comércio; Dr. Felipe Roberto de Azeredo Vasconcelos, Gerente de Micro e Pequenas Empresas, representando o Presidente do Banco do Brasil; Dr. Mauro Durante, Presidente do SEBRAE; Dr. Tarcísio Caixeta, Secretário Municipal de Indústria e Comércio, representando o Prefeito Patrus Ananias; Dr. Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente do CDL; Dr. José Xavier Cunha, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais; Dr. Ildeu de Oliveira Santos, Presidente da AMIPEME; Dr. Luiz Fernando Vítor, Presidente do Banco de Brasília; Prof. Antônio Lopes de Sá; Srs. Deputados Federais e Srs. Deputados Estaduais, senhores que participam dessa reunião, tão importante para o nosso Estado, Minas Gerais é um Estado constituído, basicamente, de micro e pequenas empresas. Temos cerca de 800 mil contribuintes cadastrados como micro e pequenos empresários, pequenos e microprodutores rurais. Se considerarmos ainda os micro e pequenos empresários que vivem na informalidade, teremos mais de 1 milhão de micro, pequenos e médios produtores e contribuintes. Essa grande massa de pequenas empresas é responsável por 70% de todos os empregos aqui gerados.

O Estado de Minas Gerais, no instante em que procura distribuir melhor sua receita, vai fazer com que ela seja melhor distribuída através dessa grande massa de micro e pequenas empresas.

O Governo Eduardo Azeredo, preocupado com essa concentração de renda existente no Estado, vai fazer com que grande parte dos esforços do governo mineiro se volte para essa massa de micro e pequenas empresas. Vale dizer que, num encontro que acontecerá no dia 27, terça-feira, quando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social estará reunido com o Sr. Governador, será apresentado um programa, financiado pelo Banco Mundial, para que no vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do nosso Brasil, possa ser fomentado um programa de irrigação, visando, exatamente, estimular o pequeno produtor rural, e também para que possam ser criados, em curto prazo, cerca de 50 mil novos empregos naquela região.

Assim, Minas Gerais agradece esta reunião que aqui acontece, porque ela tem muito a ver com nosso Estado, e saúda, também, os parlamentares que aqui estão, dando-lhes as boas vindas. Que esta reunião tenha bastante proveito, não só para o nosso Estado,

mas para todo o Brasil.

**O Sr. Presidente** - Passo a palavra ao Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando a Presidência da Casa.

Palavras do Sr. Presidente

**O Deputado Wanderley Ávila** - Exmos. Srs. Deputado Federal Pauderney Avelino, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Deputado José Militão, Secretário de Estado de Assuntos Municipais, representando, neste ato, o Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Senador Arlindo Porto; Deputado Federal Antônio do Valle, Presidente da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas; Exma. Sra. Dra. Márcia Martins Alves, Coordenadora da Micro, Pequena e Média Empresa do Ministério da Indústria e Comércio, representando, neste ato, a Ministra Dorothea Werneck; Dr. Ednaldo Arcouri, Secretário de Estado de Indústria e Comércio; Dr. Felipe Roberto de Azeredo Vasconcelos, Gerente de Micro e Pequenas Empresas, representando o Presidente do Banco do Brasil S.A.; Dr. Mauro Durante, Presidente do SEBRAE; Dr. Tarcísio Caixeta, Secretário Municipal de Indústria e Comércio, representando, neste ato, o Prefeito Patrus Ananias; Dr. Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente do CDL; Dr. José Xavier Cunha, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais; Dr. Ildeu de Oliveira Santos, Presidente da Associação Mineira da Micro e Pequena Empresa; Dr. Luiz Fernando Vítor, Presidente do Banco Regional de Brasília; Prof. Antônio Lopes de Sá; Srs. Deputados Federais, Deputados Estaduais, Srs. empresários, senhores e senhoras, a Assembléia de Minas acolhe, com grande satisfação, esta solenidade em que se instala a Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

A constituição deste grupo parlamentar é particularmente oportuna no momento político, econômico e social que o País está vivendo; um momento em que, restaurados os princípios democráticos, a Nação canaliza suas forças para encontrar o caminho do desenvolvimento permanente e equilibrado.

Não poderia haver coincidência maior entre algumas prioridades do Governo - como o controle da inflação, o fim da cultura especulativa, o fortalecimento da economia de mercado e a distribuição mais justa dos benefícios - e os resultados que se podem esperar com o crescimento do setor das micro, pequenas e médias empresas.

Constituindo a maioria absoluta dos empreendimentos privados do País e responsável por uma absorção correspondente de mão-de-obra, o segmento reúne condições fundamentais para sustentar um modelo de progresso que se converta, efetivamente, em melhoria do padrão de vida da população brasileira.

Primeiramente, poderíamos lembrar que ele está presente e é predominante em todo o território nacional, seja qual for o grau de desenvolvimento da região. Isso significa a possibilidade de descentralização das atividades econômicas, pelo aproveitamento da mão-de-obra e das matérias-primas regionais e pelo atendimento dos mercados locais. Significa também, conseqüentemente, a fixação de expressivo contingente populacional no interior, evitando-se o inchaço dos grandes centros urbanos com os seus efeitos indesejáveis, que tão bem conhecemos.

Representa, pelas mesmas características, a distribuição de oportunidades e a democratização do capital, indispensáveis à estabilidade de uma nação em desenvolvimento e apropriadas a uma economia em que são escassos os recursos para grandes investimentos.

Constitui também o segmento dos micro, pequenos e médios estabelecimentos uma autêntica escola de formação para a iniciativa privada e a composição de um empresariado eminentemente nacional, tão necessário ao equilíbrio de forças num mercado em que tentam se impor de forma desigual os oligopólios e os capitais estrangeiros.

O fortalecimento do setor contribuiria, ainda, não temos dúvida, para a concretização de uma das metas anunciadas com grande freqüência por sucessivas administrações federais: a de aumentar a receita fiscal, como forma de se conseguirem recursos para as demandas orçamentárias. O incentivo à formação e ao desenvolvimento dos empreendimentos de pequeno porte reduziria sensivelmente a economia informal, que, funcionando clandestinamente, não paga impostos, não gera empregos regulares e impede o aprimoramento de um grande número de produtos e serviços.

Poderíamos citar vários outros fatores que apontam para a necessidade de maior atenção, por parte do Governo, às pequenas unidades produtivas. Não é por acaso que, mesmo nos países do Primeiro Mundo, elas são consideradas instrumento estratégico para o fortalecimento e a estabilidade do mercado.

Aos nobres componentes dessa Subcomissão da Câmara dos Deputados está reservada a missão de analisar e encaminhar, pelos meios legislativos, as questões atinentes a segmento tão importante para a economia brasileira, assim como para a correção dos desequilíbrios sociais.

Queremos parabenizar, pela condução dessa tarefa, o Deputado mineiro Antônio do

Valle, Presidente da Subcomissão, profundo conhecedor da realidade das pequenas e médias empresas e dono da sensibilidade necessária à discussão das propostas referentes ao assunto.

Congratulamo-nos, da mesma forma, com os Deputados Herculanio Anghinetti e Maria Elvira, que, também como representantes deste Estado, saberão, na análise do tema, colocar em primeiro plano os interesses maiores do desenvolvimento nacional.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

**O Sr. Presidente (Deputado Federal Pauderney Avelino)** - Lembro a V. Exa. que também temos, aqui de Minas, o nobre Deputado Francisco Horta, legítimo representante de Minas na Subcomissão.

Quero chamar a atenção dos senhores presentes para as seguintes normas: o tempo concedido a cada expositor será de 10 minutos, prorrogáveis por mais 5. Junto à Secretaria da Comissão, há uma lista de inscrições à disposição dos Deputados interessados em interpelar os expositores. Após as exposições, passaremos ao debate. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedir esclarecimentos. Para responder a cada interpelação, o expositor terá o mesmo tempo concedido ao parlamentar. Esclareço, ainda, que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone.

Neste momento, passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Antônio do Valle, Presidente da referida Subcomissão.

#### Palavras do Deputado Federal Antônio do Valle

**O Sr. Presidente (Deputado Federal Antônio do Valle)** - Meu caro Presidente da Comissão de Economia, Comércio e Indústria, Deputado Pauderney Avelino, por meio de quem eu cumprimento as autoridades da Mesa; gostaria, meu caro Deputado, de agradecer-lhe e, ao mesmo tempo, cumprimentá-lo pela condução firme, determinada, objetiva e moderna dos trabalhos à frente da nossa Comissão de Economia. Gostaria de esclarecer aos senhores presentes que nossa Comissão tem desempenhado um papel importantíssimo, haja vista o momento delicado porque passa a Nação; haja vista as decisões que o parlamento brasileiro está obrigado, por necessidade e por clamor da sociedade, a tomar a cada instante. Gostaria, meu caro Presidente, de dar esse testemunho público da grandeza de seu trabalho, da sua determinação em fazer com que o novo parlamento brasileiro se desloque para o meio do povo a fim de conhecer os seus problemas e tentar apresentar aos vários segmentos da sociedade as soluções que são necessárias.

Gostaria de iniciar agradecendo, primeiro, a Deus, por ter-nos dado essa oportunidade de servir ao nosso País. Agradeço, também, o apoio que temos recebido de nossos companheiros da Câmara Federal e, particularmente, da nossa Comissão de Economia. Gostaria de ratificar os cumprimentos feitos pelo Presidente às autoridades presentes. Quero dizer da nossa disposição em fazer com que as coisas possam mudar para melhor. Quero agradecer à FIEMG, pelo apoio inestimável para que o deslocamento da nossa Subcomissão pudesse concretizar-se; aos CDLs; ao Governo do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Sr. Governador e de seu grupo de assessores; à Assembléia Legislativa, pelo acolhimento e pela receptividade; ao Prefeito Patrus Ananias, a toda a sua equipe de trabalho e, particularmente, ao nosso estimado SEBRAE, que nos deu coragem para que pudéssemos estar em Minas Gerais, hoje. Quero agradecer, também, a manifestação de apoio dos segmentos organizados do movimento das microempresas.

Digo, com todo o orgulho, que estamos fazendo uma inovação, plantando, neste País, um momento histórico, que, obrigatoriamente, passa pela valorização do microempresário. As propostas são várias. As determinações são volumosas. Entretanto, precisamos fazer com que isso caminhe de maneira ordeira, para que atinjamos o objetivo final. Digo aos companheiros microempresários, aos comandantes, aos líderes dos movimentos deflagrados em todo o País que, agora, temos, realmente, na Câmara Federal, um canal, um elo de comunicação não só com os órgãos de fomento, com os políticos, mas, especialmente, com as pessoas ligadas ao Governo, aos governantes que estão aí, exatamente, para concretizar nosso sonho. O segmento da microempresa, não preciso alongar-me, representa a tábua de salvação da economia nacional; representa o momento de transformação de todas as propostas por que passa o País. Na realidade, foi com este pensamento que propusemos, na nossa Comissão, a criação dessa Subcomissão específica, para acompanhar as modificações a serem feitas na Constituição da República, as quais já se processaram na Câmara Federal, através da ordem econômica, e seguirão para a parte mais delicada, onde, certamente, o contencioso haverá de bater mais firme e produtivo. Foi com essa esperança que buscamos, através da Câmara Federal, estabelecer um canal de comunicação entre esse segmento importantíssimo da nossa economia e o parlamento. Espero que nossos companheiros, de maneira ordeira e coerente, como são as propostas, possam auxiliar-nos no trabalho de fazer chegar até o parlamento sugestões para que possamos elaborar leis justas e objetivas, que venham ao encontro do clamor do nosso povo.

Diria ainda que não pretendemos brigar com o Governo. Não pretendemos nos posicionar contrariamente às atitudes governamentais. O que queremos é que o Governo venha ao

encontro do povo, através de ações concretas, transparentes e objetivas. Ações que transformem o grande segmento dos microempresários com legislações simples que possam contradizer o que já ouvi muito por aí. Fica-se na ladainha da boa intenção. Vamos cobrar dos Governantes e dos representantes de mecanismos financeiros e entidades governamentais. A Subcomissão das Micro, Pequenas e Médias Empresas fará seu trabalho na Câmara Federal como legítima representante desse segmento da nossa sociedade.

Passaremos, imediatamente, aos nossos trabalhos. Como temos uma questão regimental, pediria que os senhores expositores obedecessem ao critério do tempo para que a reunião possa ser objetiva, dentro do que planejamos. Dando início às exposições, convido o Prof. Antônio Lopes de Sá, que fará uma exposição sobre o tema "As Grandes Soluções através das Micro e Pequenas Empresas".

Palavras do Primeiro Expositor

**O Prof. Antônio Lopes de Sá** - Ilustres Deputados, Presidente da Mesa, Deputado Antônio do Valle, na pessoa de quem saúdo todos os ilustres componentes dessa Mesa, Srs. Deputados, empresários, representantes de entidades de classes, meus senhores, minhas senhoras, nenhum assunto que abranja o interesse coletivo pode ser focado fora dos auspícios da razão. E nada melhor para argumentar do que nos apoiarmos nos argumentos da ciência e da lógica para encontrarmos os caminhos que nos conduzirão às grandes soluções.

Um dos maiores matemáticos da nossa época, que inclusive inspirou a obra de Einstein, Sr. Henri Poicarré, teve, na França, a oportunidade de mudar a metodologia científica. O seu procedimento baseava-se naquela máxima singela que vai do prego ao império. Isto é, por causa de um prego, perdeu-se a ferradura; por causa da ferradura, perdeu-se o cavaleiro, por causa do cavaleiro, perdeu-se a batalha; por causa da batalha, perdeu-se a guerra; por causa da perda da guerra, perdeu-se o império. Dizia, então, Poicarré, que as pequenas causas produzem grandes efeitos. Daí, muitas vezes, aquele que é considerado pequeno é, na realidade, o maior. Muitas vezes, nos preocupamos com as legislações que atendem aos interesses daquelas empresas que exercem maior presença perante o mundo político e nos esquecemos daquelas que, na realidade, formam a estrutura das nações, no caso, as pequenas organizações.

A informalidade em que elas vivem hoje tem como responsabilidade não o ato que praticam, mas aqueles atos que contra elas pratica o próprio Governo. As pequenas empresas vivem na informalidade não porque o desejam, mas porque a pressão exercida sobre elas, a título de se protegê-las, acaba, muitas vezes, por sufocá-las.

Quando o Presidente Figueiredo estabeleceu o Estatuto da Microempresa, fui eu o primeiro autor neste País a escrever uma obra sobre a microempresa e a vaticinar o fracasso da medida do Presidente Figueiredo, não pela intenção que ela trazia, mas pela debilidade de que se revestia como um processo político. Tomando por base meus 50 anos de profissão, dedicados não só às fronteiras de um escritório profissional, já que o contador é o único homem que conhece, realmente, os problemas efetivos dos empresários, mas também às universidades por onde passei - a minha atividade universitária e a direção de institutos de pesquisas, que ainda exerço -, permito-me dizer-lhes que os problemas das micro e pequenas empresas passam por soluções simples, mas objetivas e contundentes.

Essas soluções devem iniciar-se pela perda da pressão da carga tributária. A mentira da igualdade, de que todos são iguais perante a lei, é simplesmente um sofisma, no qual nos baseamos, muitas vezes, para evitar a proteção de que precisam os pequenos, para chegarem a ser grandes. Adotam-se para uma pequena empresa as mesmas leis que se adotam para a CSN ou para o Banco do Brasil, como se essas empresas, nas suas dimensões, possuíssem os mesmos problemas.

O problema tributário é um problema mais grave do que se afigura neste País. Estamos amarrados em nossas iniciativas. Não faz tempo, ouvi na televisão um empresário apelar dramaticamente ao Governo para que o deixasse trabalhar, porque, neste País, lamentavelmente, estamos impedidos de trabalhar, dada a burocracia que se instalou e que afasta, inclusive, o contador da sua função essencial, que é a de orientar as empresas para atender às exigências fiscais, que são asfixiantes e que não permitem ao pequeno empresário manter a estrutura que os grandes mantêm e devido à qual podem, com facilidade, cumprir suas obrigações perante as autoridades fazendárias.

A segunda solução passa pelo problema da pressão bancária dos juros. É difícil entender que um país que diz ter uma inflação de 1,5% possa ter juros de 22% ao mês. A título de quê? A título de piorar a má distribuição de renda que já existe neste País? A título de sufocar a iniciativa? Um contador, que também foi um dos maiores matemáticos que tivemos em todo o mundo, o homem que inventou o cálculo das probabilidades, que é o mesmo cálculo que hoje alimenta a ciência da Física a partir da teoria de Max Planck, Luka Pachosvy, disse o seguinte em seu "Tratatus de Computis et Scripturis", que é a nona seção da sua "Súmula Aritmética", com medidas, proporções e proporcionalidades, editada em 19/12/1494, em Veneza: "Nenhum empresário pode, por suas próprias forças, chegar ao êxito, se o crédito não amparar sua

capacidade de trabalho. O trabalho faz o capital, mas é preciso que tenha a proteção do próprio capital, para que possa realizar-se". E como, no Brasil, é possível apelar-se para um sistema bancário que, hoje, não vive de subsidiar a produção, mas, sim, de permitir que a especulação se faça, a qual, efetivamente, destrói por si mesma a circulação da riqueza, que já era má, levando o País a essa asfixia?

Não adiantam as teorias dos senhores economistas, que vivem na estratosfera, a dizer que se conserta uma nação por lei ou por decreto, apenas. É preciso que encaremos a realidade das células sociais, porque uma economia só se conserta quando suas células são sadias. Assim como os biólogos dizem que a sanidade do organismo está na dependência da qualidade das células que o compõem, também dizemos nós que é impossível manter a economia equilibrada se não tivermos as células sociais também equilibradas, ou seja, só haverá prosperidade na Nação quando houver prosperidade nas empresas e prosperidade nas instituições. Como a maioria dessas células são as pequenas e as médias empresas, a iniciativa de Antônio do Valle, meu querido colega e conterrâneo, com o apoio dos senhores, torna-se verdadeiramente uma missão patriótica, que vem em socorro daqueles que, efetivamente, podem fazer equilibrar esta Nação, porque não são os oligopólios que equilibram as nações. Pelo contrário, os oligopólios, os cartéis têm por finalidade exclusiva valer-se dos mercados com seus instrumentos, e não, alimentá-los para que possam encontrar efetivamente o bem-estar e a harmonia social.

Quando o Presidente Itamar Franco nos convocou para sugerir medidas a respeito da contabilidade pública e dos problemas inflacionários - e está aqui o Dr. Durante, que é testemunha dessa designação, uma vez que os ofícios foram por ele assinados -, entregamos a ele um programa que denunciava a deficiência da contabilidade pública do Brasil, sujeita a uma desorganização imensa, exatamente por sua falta de contabilidade. O Sr. Delfim Netto destruiu a Contadoria Geral da República, e, com isso, destruíram-se os controles; destruindo-se os controles, o orçamento passou a ser, no Brasil, uma peça de ficção, ou seja, não está baseado num balanço geral da Nação, única peça idônea e competente para a formação do orçamento científico. Não temos isso em nosso País. Para cobrir os caixas sem fundo, o que podemos fazer é aumentar os impostos, e essa corrida do imposto para cobrir a deficiência de caixa e da deficiência de caixa atrás do imposto é que nos tem levado a pagar mais do que devemos e alimentar a improdutividade e a corrupção. Essa é a realidade do nosso País, da qual ele só pode redimir-se através de um estatuto competente da microempresa, que venha a atender aos pontos essenciais da assessoria ao crédito, da baixa dos tributos e da assessoria tecnológica.

É preciso dar às empresas - e aí está o SEBRAE para fazê-lo - a assessoria tecnológica que os grandes têm, através da competência dos grandes profissionais, coisa que o pequeno e o médio não conseguem ter senão através da institucionalização da assessoria. E, como já disse, isso deve passar por instituições como o SEBRAE, e, também, deve-se correr atrás dos homens que podem dar essa assessoria, que são basicamente os contadores e os administradores. Estes estão ligados à realidade, e não, à estratosfera do conhecimento, como é o caso dos economistas.

A Economia é uma ciência de objeto abstrato. Qual é o objeto da economia? O patrimônio social. Os senhores já viram, alguma vez na vida, alguma coisa do patrimônio social? A Economia é como a Matemática: tem um objeto abstrato e, por isso, aceita qualquer cálculo e qualquer teoria. A Contabilidade, pelo contrário, tem por objeto o concreto, a riqueza das células sociais que são as pequenas e as médias instituições, e é através delas que podemos consertar a economia nacional.

Para terminar, Sr. Presidente, já que meu tempo se esgota, quero apenas louvar a iniciativa dos senhores e dizer que, como mineiro, como representante de uma facção da cultura mineira que hoje abrange mais de 100 mil homens, sob a nossa liderança no Conselho Nacional de Contabilidade, seção de Minas Gerais, sinto-me honrado de ver meu Estado sediar uma iniciativa que, por si só, significa a redenção desta Nação, já que esse é o caminho exato para que possamos ter dias melhores, sem mentiras ditas ao povo através de estatísticas ilusórias, que não correspondem à realidade. O que vemos, ao estudar a economia e as finanças dos povos, é que, quanto maior a capacidade de produção, maior a felicidade e a prosperidade da nação. A falta de prosperidade de uma nação não se conserta com moeda. Não é o Banco Central que vai consertar o Brasil; é arregaçar as mangas!

Por isso, meus queridos patriotas e amigos, com a franqueza que me é peculiar e com a independência que me caracteriza e que caracteriza a todos os homens de ciência, quero, solenemente e até comovido, dizer-lhes, neste momento, que me entrego totalmente à causa e me disponho a servi-la sem limites, aliás, dentro dos limites que Deus me permitir, e creio que terei uma ampla permissão, pela grandeza que ela representa perante os interesses da Nação. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Concedo a palavra ao Dr. Felipe Roberto de Azeredo Vasconcelos, que fará uma exposição sobre o Banco do Brasil e as micro e pequenas empresas. Solicito a S. Exa. que observe o tempo regulamentar, porque há outros oradores

inscritos, e passaremos, logo em seguida, ao debate com os Deputados.

Palavras do Segundo Expositor

**O Sr. Felipe Roberto de Azeredo Vasconcelos** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, gostaria de agradecer, em nome do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Paulo Campos Ximenes, o convite para participar da solenidade de instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Todos nós sabemos da importância das microempresas. No Brasil e em países como o Japão, os Estados Unidos, a Itália, é fundamental esse segmento para o desenvolvimento, com a geração de empregos e renda. Esse segmento é responsável por 30% do PIB e 42% da mão-de-obra ocupada. É um segmento que precisa ser atendido sob todos os aspectos: sob o aspecto tributário e o creditício, como já foi bem colocado aqui.

O Banco do Brasil sempre buscou, ao longo de sua história, principalmente de 1979 até os dias de hoje, atender, dentro de suas possibilidades, ao pequeno empresário. Começou com o trabalho denominado Programa de Empenho, que nasceu em 1979 e no qual o Banco chegou a preparar, ao longo de três anos, 2 mil funcionários. Naquela época, quase um funcionário em cada agência foi preparado para fazer trabalho de consultoria nas pequenas empresas. Essa consultoria não levava necessariamente ao crédito, era um acompanhamento de trabalho, de negócios e projetos.

Foram atendidas, até o ano de 1987, cerca de 3 mil empresas, e a filosofia de trabalho foi alterada a partir de abril de 1992, com a parceria com o SEBRAE. O Programa de Empenho, que contava com uma assessoria dos próprios funcionários do Banco, passou a contar com o SEBRAE. A importância que o Banco do Brasil dá às pequenas empresas passa pelo fato de ter criado uma gerência que cuida especificamente das soluções dos problemas. A pequena empresa é um cliente importante para o Banco do Brasil, que é um banco de varejo e possui mais de 4 mil agências. A pequena empresa está presente em todo o País, e o Banco do Brasil, também.

A criação da gerência de pequena empresa teve o objetivo de melhor atender a esse segmento específico do mercado que tem necessidades específicas de crédito e apoio. Em parceria com o SEBRAE, passamos a desenvolver alguns projetos identificados como prioritários pelo Banco do Brasil. A primeira questão se refere à garantia, que sempre foi e é ainda um obstáculo muito forte ao acesso ao crédito.

O sistema financeiro - e não excluo o Banco do Brasil - exige como garantia muito mais do que o pequeno empresário pode dar. Esse é um fato real e problemático. Cabe a nós, do Banco, encarar esse fato e buscar solução. A solução mostra-se de diferentes maneiras. Começou um projeto, no ano passado, desenvolvido junto com o SEBRAE, no Estado de São Paulo - Projeto ASSOCIAVAL -, onde se reuniram 27 pequenas empresas, e, através de fundos solidários de garantia, tem-se conseguido resolver o problema da garantia complementar. O projeto tem andado bem, e as pequenas empresas têm sido atendidas.

O novo projeto que o SEBRAE desenvolve, o ASSOCIAVAL, de grande importância e em parceria com o Banco do Brasil, tem por objetivo resolver o problema da garantia. O crédito barato não seria solução. O fundamental é o crédito adequado, não subsidiado, com a solução da garantia.

O Banco do Brasil desenvolveu também, nos últimos dois anos, um programa que tem por objetivo o desenvolvimento municipal, baseado na pequena empresa. Esse programa descentraliza a gestão do crédito, que passa a ser da comunidade. O programa é voltado para o desenvolvimento auto-sustentável, por via de pequenos empreendimentos em cada município do País, e já está instalado em 46 localidades, encontrando-se em fase de negociação e instalação em outras 396. Esse programa - insisto -, através dos pequenos empreendimentos, deixa a gestão do crédito para a comunidade, que sobre ele decide, através do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Outras ações estão sendo desenvolvidas. Já se falou sobre os juros elevados. O Banco do Brasil tem, hoje, um programa com o SEBRAE, que já conta com mais de 40 mil operações e mais de R\$400.000.000,00 aplicados no biênio de 1994-1995. É um programa com juros de 1% ao mês ou 12% ao ano, que são ainda altos em nossa realidade de investimentos, mas são juros que não se encontram no mercado, em hipótese alguma.

A vontade do Banco, na qualidade de instituição financeira, é de buscar fontes alternativas de recursos. O recurso barato só pode chegar ao tomador final - que é o pequeno empresário - se vier também de uma fonte barata de recurso. Essa é uma questão matemática. Não há outra solução: se um lado paga caro para captar, emprestará caro. É uma decisão independente da instituição financeira. Os juros elevados são decorrentes de política monetária e provêm da autoridade monetária. A procura de novas alternativas e fontes é o grande desafio. Por isso, o Banco do Brasil fez um acordo com o Fundo de Amparo do Trabalhador, promovendo um programa destinado especificamente a pequenos empreendimentos, o qual, em atitude que reconhecemos ser inovadora, quer levar o dinheiro também ao setor informal da economia, setor que, antes, jamais conseguiu chegar perto de uma agência bancária.

Esse é o nosso grande desafio: através de uma fonte alternativa de recursos, conseguir recursos mais baratos, aliados ao crédito orientado - o que é fundamental - , experiência nova que o SEBRAE já utilizou muito. O recurso, além de barato, precisa do acompanhamento do crédito levantado. É fundamental. Tem de haver qualificação da mão-de-obra e capacitação gerencial.

O problema da pequena empresa, em que pese à situação de hoje, não passa exclusivamente pelos juros altos, mas também pela incapacidade do pequeno empresário na gestão dos recursos. Aí está a importância e o papel do SEBRAE dentro da economia como um todo. O Banco do Brasil, procurando ser parceiro nesse objetivo, conta com o respaldo técnico do SEBRAE em todas as suas operações. O SEBRAE tem a tecnologia e a capacidade de fazer com que o pequeno empresário se profissionalize. Isso é fundamental.

Para concluir o meu depoimento, quero dizer aos senhores que o Banco do Brasil tem, hoje, cerca de R\$2.000.000.000,00 aplicados na pequena empresa, aproximadamente 60% da carteira de crédito geral do Banco.

Enfim, o nosso cliente é, e vai continuar sendo, a pequena empresa. Quero colocar o Banco do Brasil, em nome do seu Presidente, à disposição desta Subcomissão para o que for necessário, no ensejo de contribuir com os seus trabalhos. Queremos buscar uma solução. O caminho para o Brasil é a microempresa. O Banco está ciente disso, e a pequena empresa, dentro do perfil de nossos clientes, tem, sempre teve e continuará tendo um destaque especial. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Mauro Durante, que falará sobre o tema "SEBRAE Defende a Política Nacional de Desenvolvimento da Pequena Empresa como Estratégia para Distribuir a Renda Nacional".

Palavras do Terceiro Expositor

**O Sr. Mauro Durante** - Sr. Deputado Antônio do Valle, por intermédio de quem saúdo todos os companheiros da Mesa, as autoridades aqui presentes e também as representadas, os membros da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo e também desta Subcomissão das Micro, Pequenas e Médias Empresas, gostaria de fazer uma saudação especial aos meus colegas do SEBRAE, companheiros da diretoria; ao Presidente do SEBRAE de Minas Gerais, Gil Viana; ao companheiro Superintendente do SEBRAE de Minas, David, por intermédio de quem saúdo a presença calorosa de todos os superintendentes dos SEBRAEs do Brasil, que dão calor humano a esta reunião e apoio e estímulo a esta Subcomissão.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, senhores parlamentares, senhoras e senhores, é com muita honra e satisfação que compareço a esta Casa, de grande passado de glórias e de jornadas cívicas, para participar da solenidade de criação da Subcomissão das Micro, Pequenas e Médias Empresas na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, cujo objetivo será o de debater e propor ao País uma política nacional de desenvolvimento da pequena empresa, uma feliz e brilhante idéia do Deputado Antônio do Valle, que honra o mandato, que lhe foi conferido pelo povo mineiro.

Minha satisfação, como presidente do SEBRAE, neste instante, é dupla. Primeiro, porque trata-se de uma iniciativa de quem verdadeiramente possui espírito comunitário e consciência de cidadania, como é o caso do nosso caro Deputado Antônio do Valle. Não existe nada mais fundamental para a saúde da economia brasileira e para o futuro da Nação do que a sobrevivência e o fortalecimento das pequenas empresas. Elas são a verdadeira força social da nossa economia, os agentes indispensáveis à estabilização do Plano Real, que trouxe novas perspectivas ao nosso País. Segundo, a minha satisfação se renova pelo fato de que esse importante acontecimento político, de dimensão nacional, esteja se materializando em Minas Gerais, meu Estado, por iniciativa de um valoroso parlamentar mineiro, que defende com muito patriotismo os mineiros no parlamento.

A pequena empresa, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, é, indiscutivelmente, o instrumento mais adequado que a sociedade brasileira possui, neste final de século, para combater o mal mais perigoso que ameaça a sobrevivência da nossa economia: a superconcentração da renda nacional, fenômeno produzido por um modelo de crescimento econômico que, ao longo de sua existência, iniciada nos anos 30, minimizou os aspectos humanos e superestimou os aspectos meramente técnicos e econômicos. Não se tratou de um verdadeiro desenvolvimento. O econômico em prejuízo do social produziu distorções na distribuição da renda nacional que bloqueiam as mais caras demandas sociais. O modelo de desenvolvimento concentrador de renda esgotou-se. Ele não dispõe mais de mecanismos saudáveis para continuar sustentando a acumulação do capital em detrimento do social.

A solução para esse impasse, nós do SEBRAE, Sr. Presidente, senhoras e senhores Parlamentares, estamos convencidos, requer decisão política em favor da promoção intensiva da verdadeira força social da nossa economia, composta pelas micro e pequenas empresas, para que elas, o mais rapidamente possível, por meio de uma política nacional específica e abrangente, iniciem o processo de distribuição da

renda nacional, revertendo o perfil perverso da sua face atual, em que 70% do seu total correspondem aos rendimentos do capital (juros, lucros e aluguéis), enquanto somente 30% representam os rendimentos do trabalho.

Não podemos esquecer que, durante os duros anos 80, foram as micro e as pequenas empresas que sustentaram a estabilidade econômica e social diante do processo recessivo, marcado pelos sofrimentos impostos pelas condições de pagamento da nossa dívida externa. E são elas, agora, as que se habilitam o mais rapidamente, para participar do processo de terceirização econômica que avança pelo mundo todo, em decorrência do processo de horizontalização industrial em marcha global.

A oportunidade da criação desta subcomissão para debater e propor uma política nacional de desenvolvimento da pequena empresa é única, porque nos permitirá aprofundar a conscientização de que a escalada de homogeneização industrial impulsionará as exigências quanto à necessidade de as pequenas empresas apostarem, decisivamente, na qualidade e na produtividade dos seus resultados como alternativa indispensável para a conquista de novos mercados.

Senhoras e senhores, vivemos plenamente a era do conhecimento. O futuro já chegou. A produção industrial, como podemos observar, por exemplo, no setor automobilístico - que nesses dias coloca frente a frente Brasil e Argentina, nas discussões em torno da garantia de mercado para as montadoras instaladas aqui e lá -, caminha para um processo de "standardização", de uniformização, em nível internacional, que requer padrão de qualidade global. As pequenas empresas não sobreviverão se não se prepararem para essa nova fase da evolução do processo produtivo, no contexto do qual ganha dimensão extraordinária a terceirização, em que a pequena empresa poderá atuar competitivamente somente se estiver capacitada para esse desafio. A lógica desse processo implica a necessidade de as pequenas empresas priorizarem, fundamentalmente, a pesquisa e o desenvolvimento como arma para melhorar a qualidade e a produtividade empresarial. Caso contrário, estará fora do mercado, no médio e longo prazo.

O SEBRAE está consciente da evolução histórica pela qual estamos passando, com impacto decisivo sobre o setor produtivo, que, em escala global, vai se ajustando a uma realidade econômica abrangente e interdependente, em que os bens produzidos são gerados por padrões de qualidade uniformes, os quais, por sua vez, implicam exigências impostergáveis quanto à qualidade e à produtividade, como requisitos básicos para as empresas se posicionarem no mercado com competitividade. Saudamos, por isso, a criação da Subcomissão que agora se instala, pois, através dela teremos, a partir de agora, um canal privilegiado para levar nossas propostas, junto com todas as demais que certamente surgirão das entidades representativas das pequenas empresas, um universo, no Brasil, de 4 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, responsável por 48% do total da produção nacional, 42% dos salários pagos, 68% da oferta de emprego e cerca de 30% do PIB.

Essencialmente, Sr. Presidente, senhoras e senhores Parlamentares, para que possamos fortalecer as micro e as pequenas empresas, formais e informais - pois 57% da população economicamente ativa está sem carteira assinada -, precisamos ter uma visão diferente do Estado tal como funciona, presentemente, para construirmos, pelas reformas que estão em curso, um novo Estado, mais sintonizado com as verdadeiras demandas sociais.

Pesquisas de que dispomos no SEBRAE dão conta de que 85% da população brasileira gostaria de ter o seu próprio negócio. Esse dado é instigante e fantástico. Que decisão política se impõe a partir dessa informação preciosa quanto à ansiedade do nosso povo de construir o seu futuro a partir do seu próprio negócio? Simples: estimular o seu poder de iniciativa, facilitando a abertura da sua microempresa ou pequena empresa, por meio de uma legislação adequada, que proteja e estimule o cidadão, esse agente econômico fundamental para a vida da Nação.

Apesar de a Constituição, em seu art. 179, prever tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, em relação às médias e às grandes, essa tarefa ainda não foi implementada a contento. Desde a década de 80, vem o nosso parlamento debatendo o destino da pequena empresa, infrutiferamente, até agora. Duas leis foram votadas e sancionadas pelo Executivo durante esse período, mas a regulamentação de ambas acabou por esbarrar no emaranhado legal que nos tolhe as ações. Essa circunstância foi a responsável pelo bloqueio das conquistas fundamentais do pequeno empresário, especialmente quanto à não-regulamentação e descentralização burocrática e à fixação de políticas previdenciárias, fiscais, creditícias, administrativas e trabalhistas compatíveis com a sobrevivência e o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Chegou a hora da conquista da independência da pequena empresa para conferir ao micro e ao pequeno empresário o verdadeiro "status" da cidadania. Afinal, 98% do nosso universo econômico são representados pelas micro e pequenas empresas. De cada dez empregos gerados, sete são de responsabilidade delas. O Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e cinco propostas de emendas constitucionais que estamos submetendo ao debate nacional - junto com a proposta de elaboração de um Programa Nacional de Crédito Orientado (com a criação do Fundo de Aval, que vamos lançar no próximo mês) e

de um Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento (baseado na atuação de executivos aposentados) - representam, repito, as propostas que nós, do SEBRAE, colocamos como alternativas para uma política nacional de desenvolvimento da pequena empresa, a ser debatida e encaminhada no âmbito da nossa Subcomissão, instalada, hoje, na Capital mineira.

Não temos dúvida, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que, com uma legislação desbastada de entraves burocráticos, regras e regulamentos excessivos nos campos administrativo, previdenciário, tributário, trabalhista e creditício, estaremos liberando as forças profundas do nosso povo para construir um País onde o desenvolvimento humano seja o centro da preocupação de todos os agentes econômicos, para gerar uma estrutura política, econômica e jurídica comprometida com a justiça social e que assegure uma justa distribuição de renda. Não temos dúvida de que essa nova legislação, em que estamos totalmente empenhados, resultará na construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, em que a tônica será a descentralização econômica do País. Afinal, as micro e pequenas empresas nascem no município. Este, evidentemente, no contexto de uma legislação liberalizante das forças produtivas nacionais, ficará mais forte e disporá dos instrumentos necessários ao incentivo às atividades econômicas regionais. A municipalização como resultado do fortalecimento das pequenas empresas, impulsionada por uma legislação compatível com os anseios de 85% da população, que deseja possuir seu próprio negócio, contribuirá, por sua vez, de forma decisiva, para a educação política do nosso povo, com a valorização das forças políticas que o representam, em defesa de políticas regionais de desenvolvimento. O rápido encaminhamento das reformas constitucionais no Congresso Nacional, demonstrando que os nossos parlamentares estão sintonizados com o anseio nacional, nos anima a lutar pelo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. Estamos convencidos de que estão maduras as condições para elevar o grau de conscientização da sociedade brasileira em favor do fortalecimento das pequenas empresas como instrumento essencial ao desenvolvimento nacional.

Nossa convicção nesse sentido anima-nos para o futuro, quando empunhamos a bandeira do Programa Nacional de Crédito Orientado para as pequenas empresas, a partir da criação do Fundo de Aval. Com ele, haveremos de vencer a forte resistência do sistema financeiro nacional, que só empresta ao pequeno empresário mediante inexecutável garantia de crédito. Os governos dos países desenvolvidos já perceberam essa realidade há muito tempo. Por isso, adotam políticas específicas para as pequenas empresas, com o propósito de garantir-lhes a sobrevivência, sabendo que são elas fator de estabilidade econômica, política e social, num contexto econômico como o que estamos vivendo, em que tanto o Estado como as grandes empresas perderam a capacidade de gerar empregos na escalada requerida pela sociedade.

A tarefa de criar novos empregos na economia caberá, portanto, às pequenas empresas. Daí, fortalecê-las ser dever de todos. Nossa missão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. parlamentares, representa um desafio grandioso, à altura do verdadeiro anseio do nosso povo, de viver com dignidade. Nossas esperanças se renovam, a partir de hoje, com a criação da Subcomissão da MPE para debater e propor alternativas ao fomento da pequena empresa.

Precisamos da contribuição de todos. Contamos com o Sebrae de Minas Gerais e de todos os Sebraes instalados nos 27 Estados da Federação; contamos com a classe política, principalmente, para votar uma nova legislação para os pequenos, dando-lhes tratamento diferenciado, e, principalmente, estimulamos a mobilização de todos os segmentos organizados em defesa da pequena empresa, para que possamos formar uma forte corrente de opinião na sociedade, capaz de induzir a formulação, pelos seus legítimos representantes, no Congresso, de uma política nacional de desenvolvimento da pequena empresa, cujos pressupostos básicos sejam a desregulamentação, a redução do excesso de burocracia, a descentralização administrativa e novos sistemas previdenciário, tributário, trabalhista e creditício. Consolidados tais pressupostos, as pequenas empresas disporão dos mecanismos indispensáveis que as capacitarão a avançar nas conquistas de novos paradigmas determinados, essencialmente, pelos avanços da tecnologia da informação e do conhecimento, para dotá-las de poder de competição indispensável em uma economia globalizada. Dessa forma, alcançaremos o nosso objetivo primordial, de construir uma verdadeira democracia com justiça social. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Concedo a palavra ao Dr. Ildeu de Oliveira Santos, que fará uma exposição sobre o futuro das micro e das pequenas empresas diante da reforma constitucional. Peço ao palestrante que, em razão de alguns debates que ainda levaremos a efeito, por gentileza, observe o tempo prescrito no regulamento interno.

Palavras do Quarto Expositor

**O Sr. Ildeu de Oliveira Santos** - Quero cumprimentar o caro amigo Deputado Antônio do Valle, os demais componentes da Mesa, o representante do Sr. Governador, o Senador Arlindo Porto, o representante do SEBRAE, a representante da Ministra de Indústria e Comércio, os Srs. Deputados e todos os senhores e as senhoras.

É uma grande satisfação estar aqui, hoje, para mostrar a presença da micro e da pequena empresa brasileira (temos representantes praticamente de todo o Brasil, do Movimento Nacional da Pequena Empresa) e começar novamente a discutir um processo de regulamentação e regularização da atividade dos pequenos negócios no Brasil. Temos participado dessa luta, já há alguns anos, desde 1972, quando começamos a trabalhar no primeiro estatuto da microempresa. Naquela época, fomos diversas vezes ao Congresso, que, então, não recebeu muito bem essa idéia de elaborar estatuto de microempresa. Esse projeto foi estudado e debatido entre os pequenos empresários do Brasil, mas ficou, como tantos outros, parado, guardado numa gaveta no Congresso. Um dia, ao encontrar o ex-Senador Murilo Badaró, em Belo Horizonte, perguntei-lhe se esse processo não iria sair. Já se haviam passado quase nove meses e estava quase na hora de o menino nascer, mas o parto não acontecia. Perguntei-lhe se ele poderia fazer alguma coisa a esse respeito. Então, o Senador foi a Brasília e falou com o Presidente Figueiredo, que retirou o estatuto do Congresso e o devolveu, depois, pedindo regime de urgência. Por fim, ele foi votado. Esse estatuto, votado naquela época, é o que tínhamos.

Assim, temos um problema, que é essa regularização, a qual, por sua vez, hoje, depende de um perfeito conhecimento da realidade brasileira. O que é o Brasil? Temos que saber o que é o Brasil e como estamos evoluindo, para saber o que fazer com os pequenos empresários, com essa quantidade fantástica de gente que quer abrir seu próprio negócio, mas morre de medo. Isso acontece principalmente com as mulheres. Temos um grande número de mulheres que querem montar seu próprio negócio, mas morrem de medo do tal fiscal de vendas. Sempre cito como exemplo o caso de umas empresárias de Belo Horizonte que tinham uma confecção no segundo andar de um prédio. Elas colocavam em cima as amostras do que faziam e embaixo, na porta, havia uma campainha. Quando alguém tocava a campainha, elas olhavam lá de cima e, se a pessoa tivesse cara de fiscal, elas viravam o biombo, expondo simplesmente uma porta, e as pessoas e as máquinas ficavam lá dentro, em silêncio. Quando a pessoa chegava e perguntava se ali havia uma confecção, elas diziam que não.

Esse é um dos processos dos quais a pequena empresa brasileira lança mão. Em Belo Horizonte, grande parte da entrega da mercadoria fabricada é feita às duas ou às três horas da manhã, quando não há fiscal nas ruas. Por que isso acontece? O Prof. Lopes de Sá falou sobre esses problemas. Falou sobre o que leva o pequeno empresário brasileiro a sonegar. Por que ele tem que fazer isso? Por que ele tem de sonegar?

O que é a sonegação? Esse bicho papão que o Governo está abominando e quer punir de todas as formas?

O pequeno empresário pode ser burro a ponto de ter montado o seu próprio negócio para gerar ICM e IPI, como a gente diz, mas ele não precisa ser idiota a ponto de pagar todos os impostos. Não adianta esta discussão sair fora desse sério problema. A legislação tem que contemplar a realidade brasileira.

O Brasil tem hoje cerca de 155 milhões de habitantes, segundo a última pesquisa do IBGE. Desses 155 milhões, temos uma população ativa de cerca de 70 ou 80 milhões de brasileiros. Essa população é relativa, porque o IBGE considera uma criança de 10 anos de idade como pronta para trabalhar. Um menino de 10 anos de idade tem é que ir para a escola. Não há como ele montar uma empresa. Mas eles trabalham e procuram emprego.

No processo que estudamos de 1983 até 1993 - os últimos dados foram dessa época - o que aconteceu no Brasil? Naquela época, em 1983, tínhamos, por dados do IBGE, 25 milhões de carteiras assinadas. Isso diz respeito à economia formal. Todas as coisas são feitas no Brasil para a economia formal. A legislação é feita para a economia formal, os Governos todos trabalham para a economia formal, os créditos são dados para a economia formal. Os Bancos querem todas as coisas arrumadinhas, todo mundo pagando suas contas em dia.

Essas pessoas que tinham a carteira assinada eram 25 milhões, naquela época. Hoje, 10 anos depois, quando a população brasileira cresceu uma média de quase 2 milhões de habitantes por ano, mais ou menos de 1,5 milhão a 2 milhões de habitantes chegam por ano ao mercado de trabalho. Em dez anos, teríamos 15 milhões de candidatos a postos de trabalho, pelo menos.

O que está acontecendo no Brasil, hoje? O número de carteiras assinadas baixou. São 23 milhões de carteiras assinadas, hoje. Pode-se dizer que isso é um absurdo, que o pessoal está mandando trabalhadores embora. São 2 milhões de desempregados? Não. O que as estatísticas revelam de termos cerca de dois milhões de desempregados, diz respeito ao pessoal que, nesse período, perdeu a carteira assinada. São os desempregados que perderam a carteira assinada. Mas, desempregados mesmo, temos cerca de 60 milhões de indivíduos no Brasil, que são os desempregados e os subempregados. Quem ganha R\$15,00 ou R\$12,00 reais por mês não se pode considerar empregado. Com relação à problemática brasileira, hoje, temos duas coisas a tratar: de um lado o problema da educação, que deve ficar afeto, evidentemente, ao Governo, e deve ter o seu processo desenvolvido por ele. Há um outro problema fundamental, que é a criação

de empregos. O Brasil precisa urgentemente adotar medidas para a criação maciça de oportunidades de empregos.

Nessa população de 55 a 60 milhões de desempregados, temos 35 milhões de mulheres. Desses 35 milhões de mulheres que estariam em condições de trabalhar, cerca de 5 milhões têm mais de 11 anos de escolaridade. São mulheres que poderiam montar uma empresa. Elas, se devidamente incentivadas - retirando-se o Governo da frente, pois é preciso colocar o Governo sempre atrás de nós e não na nossa frente, onde vamos passar -, poderiam montar imediatamente 5 milhões de pequenas empresas. Se imaginarmos cinco empregos em cada uma delas, teremos praticamente 25 milhões de novos empregos criados.

Nossa realidade já foi abordada aqui também pelo professor e pelos outros palestrantes. Já passamos à consideração dos Deputados aqui presentes a nossa idéia do que deve ser esse processo de regulamentar a atividade da pequena empresa no Brasil e de como criar condições reais. Pegamos também a proposta apresentada pelo SEBRAE, que foi entregue ao Presidente da República, e fizemos algumas modificações. O capítulo principal chama-se "Municipalização da Pequena Empresa". Tudo deve ser feito no nível do município. A empresa se registra no município e paga impostos municipais. Não paga IPI, não paga ICMS não paga nada que se refira a Brasília ou à Capital do Estado.

O outro problema fundamental é a criação de sistema financeiro específico para a pequena empresa. O SEBRAE está trabalhando nisso, e o Banco do Brasil está começando. Essa história é velha. Uma vez, o Banco do Brasil fez um grande estardalhaço, dizendo que ia emprestar US\$5.000.000,00 para a pequena empresa, o que dá para 50 empresas em São Paulo. Temos condições de montar, junto à pequena empresa, as cooperativas de crédito, as cooperativas de ações e fundos de investimento. Tudo isso é possível sem dinheiro do Governo. Podemos pegar dinheiro lá fora. O Banco Central é o "banco do não pode", quando o assunto é pequena empresa.

O que pedimos é que os Srs. Deputados estudem a situação e tornem as coisas possíveis, dentro do Banco do Brasil e do Banco Central. Vamos conseguir a redenção do País através da pequena empresa. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Gostaria de dizer aos segmentos organizados que defendem a microempresa que nós, que também a defendemos no parlamento, nos comprometemos, dentro de um esquema previamente agendado, a levá-los até lá para que possam expor suas idéias, de maneira mais concisa e com um tempo maior, para os parlamentares que compõem a Subcomissão das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Concedo a palavra ao último orador, o Sr. Luiz Fernando Vítor, Presidente do Banco Regional de Brasília, que fará uma exposição sobre os Bancos Estaduais como instrumento de desenvolvimento através do financiamento às micro, pequenas e médias empresas e ao setor agropecuário. Por questão regimental, lembro ao ilustre palestrante o tempo disponível. Logo em seguida, teremos a participação de parlamentares da Subcomissão.

#### Palavras do Quinto Expositor

**O Sr. Luiz Fernando Vítor** - Sr. Deputado Federal Pauderney Avelino, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Sr. Deputado Federal Antônio do Valle, agradeço o convite. Mineiro e formado em Belo Horizonte, sinto-me verdadeiramente dentro do meu espaço, revivendo meus tempos sagrados nesta Assembléia. Pelo seu convite, não agradeço; rejubilo-me e me enternoço.

Meu amigo e mestre há mais de 40 anos, Prof. Antônio Lopes de Sá, acho que, depois de ouvir o que você falou aqui, eles não poderiam nos aceitar como Diretores do Banco Central. Não nos vergamos. Nossa idéia e nossa vida são outras. Não poderíamos aceitar.

É difícil uma pessoa chegar aqui com o cabelo grande - porque não tem nenhuma pinta de banqueiro -, pertencer a um Governo que é do PT e conversar com os empresários. Acho que a idéia de partido, de ideologia já está absolutamente superada dentro da visão dos homens de mente mais aberta no mundo de hoje. Até porque não sou do PT, sou do PDT e trabalho com o governo do PT. Na posse do Sr. José Paulo Sepúlveda Pertence na presidência do Supremo, o então presidente do PSDB nacional perguntou-me como o PT e o PDT poderiam administrar um Banco.

É sobre isso que eu gostaria de conversar com vocês. Eu venho para uma segunda experiência como Presidente de um Banco estadual. Saí da presidência do Banco do Estado do Espírito Santo em janeiro deste ano; em seguida, assumi a presidência do Banco de Brasília, junto com o Prof. Cristóvão Bastos. É evidente que temos, em relação a esse processo, uma visão muito diferente da visão daqueles que, tradicionalmente, dirigiram as instituições financeiras. Nós partimos do princípio de que nenhum programa de estabilização, inclusive monetário, neste País, pode dar certo, se não se comprometer com o programa de resgate da dívida social, porque 2/3 da nossa população vivem na miséria ou na pobreza indigna. Não temos nenhuma condição de resolver a estabilidade monetária se 1/3 da economia, que somos nós, não acreditam que possa acontecer alguma coisa. Nos meus 57 anos de vida, e mais de 40 anos de luta

política e participação universitária, estou absolutamente convencido de que não há nenhum plano de estabilização que dê resultado se não houver um programa maciço de resgate da dívida social deste País.

E digo isso com a maior tranqüilidade, porque, enquanto Presidente do Banco do Espírito Santo, fui para as praças públicas e para os meios de comunicação e, contrariamente até ao meu partido, o PDT, defendi, publicamente, um programa de estabilização monetária para este País. Cada um de nós precisa dele como cada um de nós precisa de sua segurança. Não há nenhuma possibilidade de dar certo, no Rio de Janeiro, qualquer programa, se não se resolve o problema de violência urbana, se não se busca um programa de geração de empregos, se não se busca um programa de saúde, educação, transporte e moradia popular.

O real teve uma posição muito importante neste País; representou, efetivamente, uma melhoria da qualidade de vida do assalariado, mas chegou num momento em que pode quebrar o sistema produtivo do Brasil. Os empresários de Brasília, com quem mantenho contato permanente na Associação do Comércio, na Federação das Indústrias e nas organizações da construção civil, encontram-se num momento de desespero, porque não têm solução, e o processo produtivo brasileiro marcha para uma queda.

Não sou terrorista, sou Presidente de um Banco que vê os créditos em liquidação, a sua inadimplência subir dez vezes, mês a mês, entre janeiro e maio deste ano. A situação dos Bancos é extremamente difícil; por isso, nosso Banco teve papel importante, agora, nas medidas do Banco Central. Porque nós estamos com a sociedade organizada, porque estamos trabalhando com os empresários de Brasília e somos o partido dos trabalhadores, somos o partido do Brizola, somos do partido do Lula, mas não estamos lá. Neste momento, meus funcionários e diretores estão reunidos com os empresários de Brasília para buscar uma solução para os comerciantes, que estão em situação calamitosa. Quatro cidades do interior de Goiás já quebraram por causa das medidas do Governo Federal. Os plantadores de alho do interior do Brasil não podem nos pagar. Estão perdendo as tubulações, que faziam todo o trabalho da sua agricultura. Não têm mais o que comer, porque o Governo importou alho da China, de melhor qualidade e pelo menor preço, quebrando os plantadores de alho de Catalão, e nós estamos preocupados com isso.

Um outro aspecto, que não acreditamos possa ter sucesso neste País, é o da reforma tributária oficial. Ela não poderá ter sucesso se não se fizer, antecipadamente - essa é a minha especialização -, uma reforma administrativa do aparato do Estado brasileiro.

Pergunto-me, hoje, depois de ter vivido a experiência com os Governadores do Espírito Santo, para que as secretarias de fazenda, para que as secretarias de administração, para que essas secretarias? Não vemos nenhuma razão para a existência do Ministério da Fazenda ou do Planejamento, porque isso já é uma questão superada na teoria da organização, há muitos anos.

Pensem bem no que está acontecendo. O Ministro Jatene busca, loucamente, recursos para a saúde, enquanto os Ministros da área econômica friamente o tratam como se fosse um leproso, deixando uma parte minúscula de recursos para o seu ministério. E o Presidente da República tem de enfrentar não o Ministro Malan ou o Serra, e sim, o Ministro Jatene, porque ele é o principal responsável perante a sociedade brasileira.

Essas são algumas premissas. Outra premissa prende-se ao problema das corporações, do clientelismo político, do "cartorialismo" econômico e de um paternalismo, que pode ser extremamente benéfico ou extremamente perverso, dentro das corporações estatais brasileiras. Há de se enfrentar essa aliança perversa contra todos nós. Eu, que luto há 40 anos, sou vítima constante dessa aliança entre o "cartorialismo", o corporativismo e o clientelismo político no Espírito Santo e, hoje, em Brasília, porque continuo e continuarei trabalhando com a sociedade organizada.

Sobre as pequenas e médias empresas, todos já falaram - e, também, nosso tempo já se está esgotando -, mas são elas de grande importância num país subdesenvolvido e, até mesmo, no Japão, que tem um Banco com US\$150.000.000.000,00. A Comissão deveria estudar o sistema de trabalho do Japão para as pequenas, médias e microempresas. Esses Bancos são responsáveis por 50% do financiamento das pequenas e médias empresas no Japão. Os juros anuais ficam em menos de 3%, valor que é subsidiado em qualquer parte do mundo. Do capital desses Bancos, 76% é pertencente ao Ministério das Finanças do governo japonês. Qual a importância da pequena e média empresa na economia japonesa? Lemos sobre os grandes grupos japoneses e pensamos: isso é fantástico, maravilhoso, mas não é verdade; 93% dos negócios da economia japonesa e 81% da mão-de-obra empregada são das pequenas e médias empresas. Encontrei esses números em uma revista da Itália. Telefonei para confirmar se era aquilo mesmo, e não houve senão essa confirmação. Não há nenhuma dúvida. Não temos outro caminho que não este: trabalhar com as pequenas e médias empresas, e nisso labuta muito bem a Comissão de V. Sas. O caminho é o da conversa séria com os empresários, é gerar empregos.

No Banco de Brasília, a abertura de contas só era possível com R\$2.000,00, e

qualquer saque acima de R\$500,00 só podia ser feito após 24 horas do pedido. Ora, nós nos estávamos transformando em um Banco de elite. Imediatamente, determinei: abertura de contas com R\$200,00. Fomos, também, para a abertura de poupanças: limite mínimo de R\$50,00. Evidentemente, nesses casos, há um rebuliço; a corporação se levanta, mas não me importo: quero gente dentro do Banco; quero atender à população. Foi isso que fizeram os dois maiores Bancos dos Estados Unidos. Trabalharam com a imigração italiana, aceitando um depósito de US\$50,00. Foi isso, também, o que fez Anatólio Aguiar no BRADESCO. Os Bancos têm a obrigação de ser do povo. Somos 27 Bancos em atividade neste País; empregamos 145 mil pessoas em 6.800 postos de atendimento. Somos o Banco que tem a capilaridade para trabalhar com V. Sas. Fechar os nossos Bancos, hoje, significa um golpe de morte contra a economia. Não concordo, inclusive, com a privatização de qualquer um deles.

Finalmente, quero dizer que estamos fazendo um outro trabalho para a chamada economia informal. Montamos uma função que vai atender ao carpinteiro que quer a sua caixa de ferramentas, à manicure que quer seu ateliê, ao barbeiro que quer seu gabinete, ao marceneiro, ao mecânico, seja a quem for. Estamos emprestando e vamos emprestar a todos a 5% ao ano, com recursos fornecidos pelo GTS e pelo Grupo Cristóvão Bastos. Estamos em Brasília, à disposição de vocês. Podem contar com a nossa estrutura, que lhes daremos todo o apoio de que precisarem. Muito grato a todos.

#### Debates

**O Sr. Presidente** - Esta coordenação volta a lembrar que cada Deputado inscrito disporá de 3 minutos para formular suas considerações ou pedido de esclarecimento.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Severino Cavalcânti, membro titular da subcomissão que se instala hoje em Belo Horizonte.

**O Deputado Federal Severino Cavalcânti** - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa., para que não haja discriminação daqueles que estão aqui, nesta majestosa tribuna, que faz inveja a qualquer parlamento do mundo.

Cinco conferencistas foram ouvidos; a cada um foram concedidos 10 minutos para sua exposição. V. Exa. juntou todos, para que fizéssemos a gravação, e agora só nos concede 3 minutos. Sugiro que V. Exa. dê a cada um de nós, Deputados, 5 vezes 3, ou seja, 15 minutos para interpelar cada um dos conferencistas. Trata-se de uma medida de justiça, para não haver discriminação entre os Deputados desta Comissão e os conferencistas.

**O Sr. Presidente** - Nobre Deputado, gostaria muito de atender ao seu pedido; no entanto, existe um instrumento maior, que é o Regimento Interno, ao qual temos que nos ater. Peço, portanto, a compreensão dos parlamentares nesse sentido. A V. Exa., entretanto, vou conceder mais 2 minutos, o que significa que disporá de 5 minutos para colocar suas questões.

**O Deputado Federal Severino Cavalcânti** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é honroso chegar a esta Casa que tem tanto significado para o nosso País. Chegar a Minas Gerais é um privilégio, depois de ouvirmos tantos conferencistas demonstrando tanto saber.

Pediria ao Presidente da nossa Comissão, Deputado Avelino, que fizesse um convite a todos esses conferencistas para irem à nossa Comissão a fim de dar um pouco de seu conhecimento a todos os componentes da Comissão de Economia da Câmara Federal.

Vou saudar o Prof. Lopes Sá, contador emérito, membro de uma classe quase em desuso pela falta de sensibilidade dos nossos Governadores.

É uma prestação de contas que quero fazer. Não vou fazer as indagações que deveria, devido ao curto tempo de que disponho em razão da impiedosa e forte posição desse Regimento. Devo limitar-me a dizer àqueles que vieram de todos os recantos do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que, pela primeira vez na história das Minas Gerais, sai do planalto central uma comissão mostrando que o nosso parlamento está mudado. O parlamento que se instalou em 1º de fevereiro é um parlamento novo, haja vista as colaborações que temos no Senado da República.

Quero, neste momento, dizer que nós que lá chegamos estamos aprendendo com os velhos, mostrando que aquela Casa tinha que mudar e está mudando, e V. Exas., Deputados de Minas Gerais, podem ver que o parlamento brasileiro mudou, pela sua frequência e pelo trabalho constante.

A representação de Minas Gerais tem em Antônio do Valle o expoente máximo da pequena e da média empresa. Temos um Herculano Anghinetti, que não pára um minuto sequer naquela Casa, procurando encontrar alguma coisa para mudar, e o nosso Francisco Horta, este poço de sabedoria, que, com a experiência de empresário e a de parlamentar, sempre destacando uma da outra, na hora de defender a microempresa, sempre está na linha de frente. Temos também em Minas Gerais a figura extraordinária da mulher mineira que é a Maria Elvira, fazendo parte da Comissão de Economia da Câmara.

Vejam os senhores que houve uma renovação, porque procuramos dar o melhor do nosso esforço para fazer com que o País possa crescer.

E como o País pode crescer se a microempresa está sendo sufocada pela burocracia do

Governo, insensível, que não vê que são os pequenos e os microempresários que sustentam a economia do Brasil? O Governo nega o papel da escola profissionalizante nos municípios e nos Estados.

Gostaria de fazer um apelo ao Governo de Minas Gerais para que abra escolas profissionalizantes, a fim de ajudar o SEBRAE a lecionar. Enquanto o Governo não o fizer, os que vivem à margem da sociedade não poderão ter uma profissão, mas lembro aqui que são os micro e os pequenos empresários que lhes servem de escola.

Prezados amigos, nesta manhã tão feliz, quero apenas fazer um apelo ao representante do Banco do Brasil e ao Presidente desta reunião - figura extraordinária que Minas Gerais está emprestando ao Brasil. Minas Gerais está mandando para Brasília o Sr. Mauro Durante, para fazer com que saíamos da inércia. E vamos sair da inércia, se ele, juntamente com o Banco do Brasil - um vai dar o dinheiro, o outro, a experiência e a vontade de trabalhar -, conseguirem dar condições para que a pequena e a microempresa possam ter planejamento de vendas (50%); controle de qualidade (60%); avaliação de produtividade (65%); "layout" planejado (50%); treinamento em recursos humanos (80%); técnicos de "marketing" (85%) e recursos de informática (90%).

Espero que, nessa união, o SEBRAE, juntamente com o Banco do Brasil, possa dar um pouco do muito que Minas Gerais já deu ao País.

**O Sr. Presidente** - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Francisco Horta, pedindo-lhe que observe o tempo que lhe é reservado para sua manifestação.

**O Deputado Federal Francisco Horta** - É um privilégio falar, pela primeira vez, desta tribuna. Sr. Presidente, não tenho a proverbial competência do nosso Líder, do guru da nossa Comissão, que, para vocês que não o conhecem, é um Líder de uma Comissão que é mais que uma Comissão: é um grupo de trabalho, uma irmandade. Nunca vi tanta coesão, tanta disposição, como a que essa Liderança conseguiu na Comissão de Economia, haja vista as subcomissões que se estão instalando em várias regiões do Brasil, sempre com esse brilhantismo.

Quero parabenizar meu companheiro, Antônio do Valle, pela sua brilhante iniciativa de propor a criação dessa Subcomissão, e cumprimentar os demais participantes da Mesa.

Meus amigos, muito se disse sobre a pequena empresa. Às vezes, dizemos que, se discurso valesse, talvez já não existissem mais seca no Nordeste, criança abandonada e micro e pequena empresa desamparada. O que se fala sobre isso e o que já se gastou de tinta e papel a esse respeito é uma enormidade. Mas, em relação à micro e à pequena empresa, parece que há uma conscientização de que toda grande empresa um dia foi pequena. A Ford e a Fiat e a Kodak são exemplos clássicos de como a empresa tem de ter um embrião. Feliz do país que tem empresários. O Brasil os tem. É preciso ver a vontade que cada brasileiro tem de criar seu próprio negócio. Não há um que não sonhe em ter, um dia, sua atividade independente. Parece que isso está entranhado no nosso modo de ser. Basta um mínimo. É como aquelas chuvas que caem no deserto: de repente floresce tudo. Vem a seca outra vez e morre tudo, mas, no ano seguinte, renasce tudo de novo. Quem não se lembra do Plano Cruzado, quando a economia se estabilizou um pouco? Milhares e milhares de pequenas empresas brotaram da noite para o dia. Hoje, muitas mulheres estão atuantes, graças a Deus. Sou pai de cinco filhas e me interesso muito por isso. Hoje, muitas mulheres criam suas confecções dentro da sala, e de repente as confecções viram fábricas. Mas aí vem a tragédia: os juros altos, o sufoco de uma fiscalização, a burocracia. Algumas morrem, algumas sobrevivem.

É preciso deixar o microempresário atento à sua atividade-fim, àquilo que ele sabe fazer. Como empresário, ele é obrigado a contratar, a dispensar, a olhar a contabilidade, a se ocupar com a burocracia; a pagar duplicatas, a preencher cheques e guias, a atender aos fiscais e aos fornecedores. Ou seja, às vezes fica com pouco tempo para a sua atividade-fim, em que realmente pode crescer e contribuir para a economia do País. Por isso, é importante uma atenção institucionalizada como a que será dada por essa Subcomissão, que será presidida pelo companheiro Deputado Antônio do Valle e por outros companheiros que aqui estão. Eles serão os guardiões desse trabalho, acompanhando tudo o que será feito, porque tenho certeza de que a Subcomissão tem muita disposição e vontade para isso. A micro e a pequena empresa precisam disso e precisam muito do SEBRAE, Dr. Mauro Durante. Mais do que tudo, o microempresário precisa de orientação.

Está aqui um cidadão que já foi muito menos que um microempresário. Então, conheço todo o processo: o treinamento, a orientação, a distinção entre empresário e empresa, que são duas entidades - uma jurídica e outra física - é um grande passo.

E depois, Sr. Presidente da Comissão de Economia, vamos trabalhar para tirar o sufoco burocrático do pequeno empresário, para que ele possa atuar na sua área.

Finalmente, gostaríamos de falar sobre o problema da carga fiscal. Não só a pequena e a média empresa, mas toda a sociedade brasileira carece de um sistema tributário mais civilizado.

Apresentamos no Congresso uma proposta para se encontrar um mecanismo de financiamento para que as pequenas e médias empresas tenham a sua sede própria. O

pequeno lojista não tem dinheiro para comprar a sua sede e, quando já fez o seu ponto, na maioria das vezes ele o perde. É muito comum isso acontecer. Existem outros projetos do Deputado Severino Cavalcânti que estou acompanhando e para com os quais tenho uma atenção especial.

Sr. Presidente, gostaria de colocar-me à sua disposição e dizer da minha disposição, do meu entusiasmo em trabalhar para solucionar esse problema. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Deputado Júlio Redecker.

**O Deputado Federal Júlio Redecker** - Sr. Presidente, caro colega Antônio do Valle, autoridades que compõem a Mesa, imprensa, senhoras e senhores, gostaria de usar a palavra brevemente, mas me senti tentado usando a tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Todo gaúcho deveria fazer um curso de pós-graduação em Minas Gerais e, certamente, como parlamentar e político, seria muito mais convincente.

Estou nesse caminho como o mais jovem dos Deputados da Comissão de Economia, com cinco mineiros somente nessa Comissão. Tenho a honra, pela confiança dos meus pares, de presidir a Comissão de Comércio Exterior.

Pequenas e médias empresas fazem parte do meu dia-a-dia no Rio Grande do Sul. Sou empresário, advogado do setor de calçados, na área de exportação. Lembro que no dia 7 de março, quando um colega subiu à tribuna, no grande expediente do Deputado Severino Cavalcânti, para nos falar sobre as micro, pequenas e médias empresas, dizia ele que 48% da produção nacional provinham das pequenas e microempresas, e que a massa salarial brasileira era composta por 42% de participação dessas empresas. Dizia, ainda, que 60% dos postos de empregos gerados no Brasil, hoje, insuficientes para abrigar 2.000.000 de jovens brasileiros que ano a ano chegam ao mercado de trabalho, são gerados pelas micro, pequenas e médias empresas.

Sei que a Constituição de 1988 começou a dar uma abertura para essa corrente importante da economia brasileira. Mas não podemos fazer política econômica no Brasil quando não há respeito ao contrato social estabelecido entre a sociedade e o governo. A primeira coisa com que os parlamentares têm dese preocupar é a manutenção de regras definidas, para que possamos caminhar nas direções almejadas com a segurança de que não seremos surpreendidos, como têm sido surpreendidos os empresários no Brasil a todo momento.

O setor exportador desvalorizou a moeda em relação ao real em 17%. Nesse momento, estava estabelecida uma multa de 17% para quem importava e um incentivo para as importações predatórias, também de 17%, para concorrer com a nossa indústria, totalmente desprotegida.

Para tanto, há que se definir, Sr. Presidente, os novos critérios dos Estados brasileiros. Discutir se os Bancos estaduais, os Bancos estatais, como o próprio Banco do Brasil, devem competir no mercado financeiro, em igualdade com o Bancos privados, ou se devem ser Bancos agentes do desenvolvimento econômico. Discutir o fato de os Bancos estaduais, que são fruto de má gestão da coisa pública, financiarem os débitos públicos, levando prejuízos, como recentemente aconteceu com o BANESPA, que se encontra mergulhado na sua falência. Isso porque é um Banco privado, e o povo, que paga imposto diariamente, até pelo ar que respira, vai, certamente, sustentar seus segmentos, acentuando, assim, as necessidades sociais que temos.

Quero, Sr. Presidente, falar aqui também da política de privatização, especificamente das três privatizações que estão sendo realizadas no Congresso Nacional. É um caminho para o Estado chegar à economia normalizada. Não se pode mais deixar o Estado administrador, gerente da administração direta, ocupar espaço na livre iniciativa, em detrimento da segurança, da saúde e da educação.

Não há como os brasileiros ausentes do mercado de trabalho, ou detentores de subempregos, continuarem neste País, que não dá privilégios ao emprego e à educação.

Não recuperaremos a Nação brasileira se não for através da educação e do crescimento dos salários, mas sem o paternalismo do Estado.

E digo mais: a reforma tributária no Estado é realmente uma necessidade. Agora, não pensem os empresários e trabalhadores que ela terá um palco de negociações tranquilas e alegres. Se se fizer a reforma tributária e fiscal, será tirado dinheiro da União para se dar aos Estados e municípios. E isso desagradará à União. Se for tirado dinheiro dos municípios, descontentaremos os Estados e a União. Mas, se tirarmos do contribuinte para sustentar a máquina pública eficiente, descontentaremos as Casas do povo, que são a Assembléia Legislativa, a Câmara dos Deputados e o Senado.

Não é possível se fazer política econômica através de computador, de forma brilhante, como disse o meu antecessor nesta tribuna, que tem de administrar impostos, tributos e taxas neste País.

Temos que fazer impostos que não possam ser sonegados, que surjam a partir de entendimentos, para, assim, acabarmos com a máquina fiscalizadora, que nem sempre age da maneira mais honesta com o povo trabalhador e com aqueles que querem empreender, alicerçados no sonho dos 85% de brasileiros que querem estabelecer o seu próprio negócio, como disse o companheiro Mauro Durante.

Deputado Antônio do Valle, meu Presidente Pauderney Avelino, meu nobre Presidente da

Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo Magalhães, os senhores têm demonstrado que os homens públicos deste País, na sua grande maioria, são decentes, honestos, coerentes e querem uma pátria melhor. Mas, para que a pátria seja melhor, é necessária a participação dos cidadãos. É por isso que a empresa nacional tem que começar pelos pequenos, porque todos foram pequenos uma vez.

Encerro essas minhas palavras de exaltação ao povo de Minas Gerais relembrando uma frase que meu pai, na humildade de sua profissão, aos 75 anos de idade, lá em Taquaril, e ainda motorista de táxi, dizia: "ninguém sabe tanto que nada tenha a aprender e nem sabe tão pouco que nada tenha a ensinar".

Vamos ouvir os pequenos para nos tornarmos grandes, não só como Nação, mas como empresas e trabalhadores do amanhã que queremos construir hoje.

**O Sr. Presidente** - Passo a palavra ao Deputado Cunha Lima.

**O Deputado Cunha Lima** - Sr. Presidente da Subcomissão que acabamos de instalar, Deputado Antônio do Valle; companheiros da Bancada de Minas Gerais; companheiros Deputados, companheiro Senador Arlindo Porto, realmente é muito marcante para nós da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, vir a Minas Gerais, especificamente a Belo Horizonte, para instalarmos essa Subcomissão. Sou economista, com pós-graduação em Administração de Empresas, e vimos falando, há muitos anos, da necessidade de uma política industrial de comércio exterior para nosso País. Eu diria que, hoje, nosso País vive, na área da indústria, da pequena e média empresa, uma situação que eu poderia chamar de "baleia". E por que "baleia"? Porque esse animal precisa subir à superfície das águas para respirar, da mesma forma que nosso empresário está sempre subindo à superfície das águas para respirar um pouco, porque o Governo não o deixa trabalhar como deveria (ao contrário, está sempre atrapalhando o empresário).

Ora, Sr. Presidente, o Plano Real está fazendo um ano. O Presidente da República se elegeu, basicamente, em cima do Plano Real e, no País, criou-se um modismo, como, aliás, acontece quase sempre. Hoje, é normal vermos nossa população usando uma camisa, uma camiseta ou uma calça importada da Coréia; um carro importado por via da Argentina ou diretamente do Japão. Recentemente, fomos ao Rio Grande do Sul visitar o setor de calçados, porque naquela região se está fechando uma fábrica por dia, o que é fruto de uma política, eu não diria mal intencionada, mas mal dirigida, de Comércio Exterior. Há alguns dias, perguntei à nossa Ministra, Dorothea Werneck, por ocasião de uma explanação da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil, se era mais importante termos uma camisa vendida a R\$2,00 ou um tênis vendido a R\$3,00, ou termos milhões de trabalhadores desempregados, sem terem como comprar. Aparentemente, é isso que está acontecendo. Não quero generalizar, há algumas exceções, mas, às vezes, tenho dúvidas de que toda a equipe econômica já tenha tido a oportunidade de colocar o pé ou de trabalhar numa pequena ou média empresa, para saber das dificuldades que ela enfrenta. Às vezes, o que sentimos é que essas pessoas não têm sensibilidade. Como falou aqui o companheiro Luiz, Presidente do Banco Regional de Brasília, o Banco, hoje, que é um setor altamente lucrativo, tem uma inadimplência de 10%, e a indústria está tendo uma inadimplência de 50 a 60% e, para pagar seus funcionários, às vezes tem que correr ao Banco e pagar juros de 18 a 22%, enquanto a inflação não passa de 2 a 3% ao mês.

Ora, Sr. Presidente, existe alguma coisa de errado neste nosso País. Uma das coisas que foi muito batida, pela própria equipe econômica e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, é que a reforma tributária e fiscal é fundamental. Contudo, às vezes, chego a acreditar que vou ficar por quatro anos no Congresso (e o novo Congresso está trabalhando) sem que consigamos votar a reforma tributária e fiscal. É por isso, Sr. Antônio do Valle, que esta Comissão tem, entre suas funções, a obrigação de exigir, da equipe econômica e do Governo Fernando Henrique Cardoso, que seja feita essa reforma. Hoje, o principal para este País é que se faça uma reforma tributária e fiscal urgente, e não um acordo de português, como o que foi feito por ocasião da entrada do Brasil no Mercosul. Quando falo "acordo de português", não quero menosprezar nossos compatriotas. Falo do acordo relativo a exportação e importação de carros pelo qual, quando o Brasil exporta para a Argentina, o produto brasileiro tem que pagar 20% de imposto, mas, quando importa esse mesmo produto, o imposto é zero. Temos uma Zona Franca, em Manaus, que é praticamente proibida de exportar para a Argentina, porque o produto é considerado como não fabricado no Brasil, ao passo que importamos, de uma zona franca fantasma da Argentina, produtos à taxa zero, que acabam infestando o nosso mercado e, conseqüentemente, criando uma crise muito grande na pequena e média indústria de nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de ter mais tempo para falar um pouco dessa área, que é a pequena, média e grande indústria. De repente, em nosso País, surgiram idéias que parecem colocar que ser empresário é ser bandido.

Ainda esta semana quero elogiar nossa Comissão, por ter reprovado um projeto do nobre Deputado Júlio Redecker. Temos naquela Casa muitas pessoas que mandam projetos sem conhecimento de causa. Imaginem, Sr. Presidente, senhores aqui presentes, do SEBRAE, da Federação das Indústrias, que esta semana estava em nossa Comissão um

projeto o qual previa que todo empresário que atrasasse em 20 dias o pagamento a seus funcionários seria preso.

Ora, imaginem a situação no nosso País, onde não existe nenhum empresário que não esteja realmente sufocado e quase morrendo, na UTI. Daqui a pouco não teremos mais hospitais para colocar empresários. E só porque ele atrasou 20 dias vai ser preso em regime especial. Quem vai pagar esse trabalhador, se o empresário está preso? Faço a seguinte pergunta a todos os nossos empresários: será que alguém, em sã consciência, gostaria de atrasar o pagamento de seus funcionários? É lógico que não.

É por isso que, hoje, nossa Comissão de Economia, Indústria e Comércio está sendo considerada não uma das mais, mas a mais atuante e a que tem profissionais e companheiros com mais conhecimento de causa. Muitas vezes esquecemos, inclusive, o partido a que pertencemos para votar no melhor para o nosso País e para o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Concedo a palavra ao nobre Deputado Enivaldo Ribeiro. Pediria ao ilustre parlamentar que observasse o tempo regimental, dados o avançado da hora e compromissos outros que temos com as autoridades mineiras.

**O Deputado Federal Enivaldo Ribeiro** - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, inicialmente trago o abraço da minha pequena Paraíba a esta grande terra que é Minas Gerais.

Fui Prefeito de Campina Grande, no meu Estado. Deixei a Prefeitura em 1983. Tivemos a honra de fazer um projeto, do qual participaram vários Ministérios, e instalamos os pequenos negócios, com a participação dos Ministérios do Interior, da Agricultura, da Educação e outros, para corrigir essa distorção que existe em relação ao setor informal de nossa economia. O projeto contou com a participação, também, do nosso SEBRAE.

Hoje, graças a Deus, depois de tantos anos, estou vendo e participando da instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Vejo isso com muita satisfação, depois de decorridos 12 anos.

Infelizmente, a microempresa continuou totalmente esquecida pelos Governos. Apenas o SEBRAE e alguns Governos esporádicos pensaram na nossa micro, pequena e média empresa.

Hoje, venho aqui com a esperança de ver realmente essa proposta ser concretizada, porque agora temos uma voz. A pequena empresa tem agora uma voz, que é a Subcomissão. Uma voz que, certamente, corrigirá as distorções e servirá, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que não deixemos as leis somente no papel, como é o caso do art. 179. Esse é o grande mal de nossa Nação. Temos que ver as leis serem aplicadas. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Como último participante, concedo a palavra ao Deputado Herculano Anghinetti, com a mesma recomendação feita aos nobres pares.

**O Deputado Federal Herculano Anghinetti** - Sr. Presidente, com certeza, vou cumprir a determinação de V. Exa., mesmo porque o companheiro Severino Cavalcânti já gastou quase todo o meu tempo, com a minha doença.

Gostaria de inquirir o ilustre Dr. Mauro Durante sobre o que está sendo feito especificamente para o desenvolvimento de metodologias próprias para as micro, pequenas e médias empresas rurais. Quando se fala nesse tipo de empresa, geralmente nos lembramos do segmento urbano. Não tenho tido notícia alguma de projetos desenvolvidos nesse sentido. A agricultura brasileira passa por um momento difícil, em que o Governo é obrigado a entrar decisivamente, fornecendo crédito e subsidiando; por outro lado, recebe críticas. Vejo nisso a possibilidade de se resolver uma grande parcela dos problemas. O moço que tira leite lá no interior e o fornece para a cooperativa, se a ele fosse dado incentivo e crédito, como bem disse o Prof. Lopes de Sá, poderia transformar seu negócio em uma microindústria de queijo, em um pequeno laticínio. O que produz frutas poderia fabricar compotas, agregando maior valor ao seu produto. Sr. Presidente do SEBRAE, gostaria de saber, especificamente, se já está sendo conduzido algum trabalho nesse sentido. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - O Ministro Mauro Durante dispõe de 3 minutos para fazer seu esclarecimento ao Deputado Herculano Anghinetti.

**O Sr. Mauro Durante** - Agradeço ao nobre e ilustre Deputado a oportunidade de abordar um assunto que, particularmente, me é muito caro.

Embora seja Presidente do SEBRAE, como minha formação é de advogado, sou, ainda hoje, advogado da EMBRAPA, uma das mais sérias instituições agrícolas do nosso País e talvez do mundo. Tenho mais uma satisfação, porque, sendo mineiro, o SEBRAE estadual, através do Conselho Deliberativo de Minas Gerais, está sendo presidido por um homem da agricultura e do calibre de Gil Mantena, Presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais. Na realidade, tenho que admitir e confessar que, infelizmente, mais uma vez, o homem do campo e a agricultura, também na ação do SEBRAE, ficaram em segundo plano. Estamos tomando providências drásticas em todos os Estados do Brasil, principalmente aqui, onde se tem mais vocação para resgatar o homem do campo, a fim de que esse quadro se modifique. Especificamente através dos SEBRAEs estaduais, temos

desenvolvido programas bastante ambiciosos de geração de tecnologia nos vários campos da agricultura. Mas nosso objetivo maior é, realmente, criar condições para trazer, também para a economia formal, o pequeno e o microempresário rural. Nosso entendimento está bastante avançado com a Confederação Nacional da Agricultura, nossa parceira e membro integrante do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE. Temos desenvolvido programas conjuntos, principalmente no campo da informática, os quais serão implantados em curto prazo e, com certeza, revolucionarão o tratamento dispensado ao homem do campo, no que diz respeito também à assistência e ao fomento devido pelo SEBRAE, em parceria com a CNA.

Também no campo de mudança de comportamento do segmento agrícola, com muita alegria e sem nenhum cabotismo, tenho o privilégio, nesses meus seis meses de Presidência do SEBRAE, de intensificar a celebração de um convênio amplo com a EMBRAPA, de modo que vamos agir em conjunto com essa grande instituição em todo o País. Tenho certeza de que, em curto prazo, no bojo das reformas que vamos tentar, através do Congresso Nacional, e agora com a colaboração mais atuante da Subcomissão, resgataremos o homem do campo. E tenho certeza, também, de que com essa nossa atitude e a ação intensiva do SEBRAE, o universo, hoje, de 4.000.000 de micro e pequenos empresários será imediatamente aumentado para 6.500.000. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Estão encerrados os debates. Antes, gostaria de comunicar às associações, às federações e às entidades organizadas, que nos prestigiam com sua presença, que nos comprometemos a manter um intercâmbio bem estreito, e faço um apelo para que os senhores encaminhem à Subcomissão das Micro, Pequenas e Médias Empresas suas reivindicações e sugestões. Peço desculpas, em razão do nosso Regimento Interno. Convido as demais pessoas que desejarem se pronunciar a fazê-lo na Câmara Federal, em sessão especificamente convocada para esse fim, para que sejam nossos parceiros nesta luta de transformação do momento nacional e que inclui, como ponto primordial, a micro, a pequena e a média empresa, estejam relacionadas a indústria, comércio, turismo, serviço ou atividade rural.

Agradeço a presença de todas as autoridades, dos convidados e, de maneira especial, dos meus conterrâneos de Patos de Minas, amigos que vieram chefiados pelo ilustre Prefeito Jarbas Sampaio. Antes de encerrar os trabalhos, convoco reunião da Subcomissão para o dia 15 de agosto, às 10 horas, na Câmara dos Deputados.

Cumprido o objetivo da reunião, passo a palavra ao Presidente da Assembléia do Estado de Minas Gerais, para que proceda ao encerramento.

**O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades da Mesa, falo em nome do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Agostinho Patrús, expressando a honra desta Casa em ser palco de um debate tão importante como este que hoje realizamos.

Sabemos, como já foi dito, que, se discursos resolvessem a situação, o problema das pequenas e médias empresas já estaria resolvido há 20 anos.

Este momento é de grande importância para o Estado de Minas Gerais, porque esta Subcomissão, deixando o discurso de lado, passa realmente a agir.

Com essas palavras, agradecemos a presença de todos os membros do Congresso Nacional e de todos os Deputados que aqui estiveram, abrilhantando esta Casa, e encerramos a reunião de instalação da Subcomissão. Muito obrigado.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

**O Sr. Presidente** - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Esgotada a hora destinada a esta parte da reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a ordinária de debates de 2ª-feira, dia 26, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

---

## **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 22 DE JUNHO DE 1995**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

**SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA):** Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 291/95; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Questão de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para discussão - Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/95; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 250/95; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 21/95; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 54/95; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/95; encerramento da discussão - **ENCERRAMENTO.**

## ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Cléuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

**O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª PARTE

#### Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária**, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

**O Sr. Presidente** - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

#### EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 219/95

Acrescente-se onde convier:

"Art. .... - "A escala de pagamento dos servidores da região metropolitana se dará na mesma época da dos servidores da Capital.".

Sala das Reuniões, 22 de junho de 1995.

Dinis Pinheiro

Justificação: Os servidores ativos e inativos do Estado lotados na região metropolitana são os últimos escalados para recebimento de seu pagamento.

Com esse atraso, só conseguem receber após o 8º ou 10º dia do mês.

É oportuno que a escala feita segundo a numeração do MASP, aplicada aos servidores da Capital, seja estendida aos da região metropolitana.

Trata-se de adequação que irá assegurar aos servidores acesso mais rápido a seu salário ou provento.

**O Sr. Presidente** - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foram apresentadas emendas ao projeto pelos Deputados Dinis Pinheiro e José Bonifácio (3). A Presidência deixa de receber as emendas do Deputado José Bonifácio, por não atenderem ao disposto no § 3º do art. 195 do Regimento Interno. Quanto à emenda do Deputado Dinis Pinheiro, que recebeu o nº 1, a Presidência vai submetê-la à votação, logo após a votação do projeto, nos termos do § 4º do art. 196 do Regimento Interno. Antes, porém, solicita ao Sr. 1º-Secretário que proceda à leitura da emenda. Na sua ausência, com a palavra, a Deputada Maria José Haueisen.

- **A Deputada Maria José Haueisen** lê a Emenda nº 1.

**O Sr. Presidente** - Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 219/95, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

#### Questão de Ordem

**O Deputado Gilmar Machado** - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 11, que estaremos votando agora, tem algumas emendas que estão sendo discutidas. Inclusive, estamos aguardando a chegada do Deputado José Bonifácio, que foi autor de algumas emendas, para tentar fechar um acordo. Assim, eu pediria a suspensão desta reunião por mais 5 minutos, para que possamos ir ultimando os entendimentos com relação a esse projeto.

#### Suspensão da Reunião

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência suspende a reunião, por 5 minutos, para que se dê continuidade aos entendimentos que estão sendo feitos pelos Deputados. Estão

suspensos nossos trabalhos por 5 minutos.

#### Reabertura da Reunião

**O Sr. Presidente** - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" para a votação da matéria da pauta. Solicita, então, ao Sr. Secretário que proceda à chamada para recomposição de "quorum".

**O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise)** - (-Faz a chamada.)

**O Sr. Presidente** - Responderam à chamada 27 Deputados. Não há "quorum" para votação, mas o há para discussão.

- A seguir, têm sua discussão encerrada, na forma regimental, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dá nova redação ao "caput" do art. 53 da Constituição do Estado, os Projetos de Lei nºs 250/95, do Governador do Estado, que autoriza a RURALMINAS a doar imóvel ao Município de Jaíba para o fim que menciona, e 21/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que estabelece a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nos veículos automotores de transporte coletivo intermunicipal; e, em 2º turno, os Projetos de Lei nºs 54/95, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a implementação de medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico, e 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para evento esportivos, artísticos ou culturais.

#### ENCERRAMENTO

**O Sr. Presidente** - Esgotada a matéria em fase de discussão e persistindo a falta de "quorum" para a votação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

---

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO PROJETO JAÍBA, NO MUNICÍPIO DE JAÍBA**

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Ivo José, Almir Cardoso, Jorge Eduardo de Oliveira e Ajalmar Silva (substituindo os dois últimos aos Deputados Geraldo Santana e Paulo Schettino, por indicação das Lideranças do PMDB e do PTB, respectivamente), membros da Comissão supracitada. Encontra-se presente, também, o Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a ouvir as autoridades presentes sobre a situação do Projeto Jaíba, examinar o seu potencial econômico e social e colher sugestões. Prosseguindo, solicita ao Deputado Ivo José que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Ivo José, autor do requerimento que deu origem à reunião, para tecer considerações relativas ao objetivo desta. Logo após, concede a palavra aos convidados, Srs. Márcio Antônio de Campos Coury, da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN-MG -; Marcelo Martins Pinto, da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos- SMEA -; Alfredo Gomes de Souza, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA -; Divino Caixeta, do DER-MG; Orlando Vignoli Filho e Mauro Grossi Araújo, da DAN Projetos Engenharia; Morel Queiroz da Costa Ribeiro, da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -; Décio Teixeira da Costa Nazareth, da Secretaria de Transportes e Obras Públicas - SETOP-MG; Édson Nogueira de Oliveira, Aluizio Fantini Valério e João Victor Ferreira, da RURALMINAS; Paulo Teodoro de Carvalho e José Paulo Ribeiro, da EMATER-MG; Ricardo Carneiro, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA -; Gilberto Goulart Pessoa da FIEMG, e Antônio Marliere Fernandes, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF -; Sra. Cassilda Teixeira Carvalho, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES-MG -; Srs. Armando Merillo Filho, da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais - SMEF -; Gilman Viana Rodrigues, da Fundação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; David Márcio Rodrigues, do IEF; Raimundo Olímpio Carvalho, Sebastião Venceslau Siqueira e Geraldo Rodrigues Sete, Vereadores à Câmara Municipal de Nova Era. Após as explanações dos expositores, abre-se amplo debate entre os presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente tece considerações finais e informa que na próxima reunião será marcada a data da viagem ao Município de Jaíba, para se verificar a situação do projeto. A seguir, agradece o comparecimento dos convidados, dos parlamentares e das demais pessoas presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente - Elbe Brandão - Almir Cardoso.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONHECER, DEBATER, PROPOR E**

## **ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia primeiro de junho de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Arnaldo Penna, José Henrique, Elbe Brandão e Anivaldo Coelho, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Anivaldo Coelho, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado José Henrique que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Olímpio Pires Guerra, Prefeito Municipal de Itabira, e expõe o motivo do convite para seu comparecimento à reunião. Encontra-se presente, também, o Sr. Haroldo Jackson, Assessor do Prefeito. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao convidado, que discorre sobre o tema objeto da Comissão. Registra-se, nesta oportunidade, a presença dos Deputados Gil Pereira, Ivo José, Antônio Roberto e José Braga. A Deputada Elbe Brandão, com a palavra, solicita ao ex-Deputado Dimas Perrim, presente na galeria, que tome assento à mesa dos trabalhos. Passa-se à fase dos debates, com a participação dos Deputados, do convidado e dos demais participantes, conforme registram as notas taquigráficas. O Deputado Arnaldo Penna apresenta requerimentos em que solicita sejam convidados para reunião da Comissão o Deputado Federal Roberto Campos e o Sr. Wilson Brummer, Presidente da ACESITA. Colocados em votação, os requerimentos são aprovados, cada um por sua vez. A seguir, o Presidente comunica que foi deferida a solicitação de prorrogação, por 30 dias, do prazo de funcionamento da Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento do convidado, dos demais participantes e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Anivaldo Coelho, Presidente, José Henrique - Arnaldo Penna - Elbe Brandão.

## **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL**

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Hannas e Luiz Antônio Zanto, membros da Comissão supracitada. Está presente, também, o Deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Luiz Antônio Zanto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência lê a correspondência recebida do Sr. Celso Mello de Azevedo, comunicando a situação difícil que as Santas Casas de todo o País vêm enfrentando. A Presidência solicita à assessoria que analise a questão e passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Deputado Jorge Hannas emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 39/95 na forma do vencido no 1º turno e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 203/95. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 59, 102 e 200/95 e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 166, 196 e 163/95, este último com a Emenda nº 1. O Deputado Luiz Antônio Zanto emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 88 e 107/95 na forma do vencido no 1º turno e, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 9 e 194/95 com emendas que receberam o nº 1. O Deputado Marco Régis emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 170/95 e, no 1º turno, do projeto de Lei nº 192/95 com a Emenda nº 1. Submetidas a discussão e votação, cada uma por sua vez, são as proposições aprovadas. Prosseguindo, a Presidência registra a presença dos Srs. Marx Golgher, representante do Conselho Regional de Medicina; Ricardo Pereira, representante da Comunidade Psiquiátrica Mineira; Solange Campos, representante da Faculdade de Ciências Médicas; Gustavo Fernando Julião de Souza, representante da Faculdade de Medicina da UFMG; Cláudio Moretzsohn, representante da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, e Bruce Hodge, os quais discorrem sobre a Lei nº 11.802 - conhecida como Lei Carlão, relativa a saúde mental. Antes de os convidados se pronunciarem, o Deputado Jorge Hannas lê relatório sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 1.066/92, que deu origem à Lei Carlão. Logo após, o Sr. Marx Golgher lê uma nota oficial do Conselho Regional de Medicina - CRM - contrária à Lei nº 11.802, sancionada pelo Governador em janeiro deste ano. O documento repudia a nova legislação, considerando que, entre outros equívocos, ela fere a autonomia do ato médico psiquiátrico e atinge princípios do Código de Ética Médica. O representante do CRM, Marx Golgher, apresenta uma proposta substitutiva para ser analisada pela Comissão. Participam dos debates todos os convidados e parlamentares presentes. A Presidência acha prudente aguardar a votação, no Congresso Nacional, de projeto de teor semelhante, de autoria do Deputado Paulo Delgado, para que, depois, então, a Comissão reinicie os debates. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos

parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 junho de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente - Marco Régis - Jorge Hannas - Jorge Eduardo de Oliveira.

**ATA DA 13ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Às dez horas do dia oito de junho de 1995, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes, os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Wanderley Ávila, Ermano Batista, Maria José Haueisen e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Romeu Queiroz, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Glycon Terra Pinto, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Canto do Rio Esporte Clube; Associação Feminina Unidos dos Palmares; Prefeitura Municipal de Jeceaba; Associação 1º de Maio da Vila Vista Alegre; Associação Comunitária dos Bairros Guadalajara, Lagoa e Laredo; Associação Comunitária da Vila Guaratã; Associação Feminina do Bairro Casa Branca; Guarda de Congo Feminina de Nossa Senhora do Rosário; Associação Feminina Evangélica Comunitária; Fundação de Assistência Social Dona Maria Guimarães Tolentino; Instituto de Reeducação Santa Teresinha; Casa da Criança e Escola de Cultura Pai Serra Grande; Associação Comunitária de Brejo do Amparo; Loja Maçônica Templários do Itapiraçaba nº 208; Ação Comunitária de Senador Cortes; Prefeitura Municipal de Central de Minas; Associação Comunitária de Baldim; Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Cristália; Associação Centro Comunitário Infantil; Crianças do Mundo; Núcleo Comunitário dos Amigos de Passa Tempo; Guanabara Futebol Clube; Recanto São Sebastião; Centro Comunitário Social Novo Horizonte; Associação Filantrópica Anfrísio Coelho; Associação Comunitária do Rosário; Associação Boas Novas; Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales; Prefeitura Municipal de Frei Gaspar; Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Felisburgo; Centro de Apoio ao Menor de Tapira; Vila Esporte Clube, Creche Comunitária Tia Neli; Grupo Teatral Transarte; Casa do Homem de Nazaré; Casa de Aprendizagem Doméstica de Jequitinhonha; Associação Amigos do Bairro Vila Nova; Sociedade Beneficente de Senhoras Evangélicas de Ouro Verde de Minas; Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva; Centro de Formação Profissionalizante de Minas Novas; Associação dos Bairros de Teófilo Otôni; Associação Comunitária dos Moradores de Ponto dos Volantes; Prefeitura Municipal de Itinga; Associação Comunitária de Desenvolvimento da Colônia Mestre Campos; Associação Las Rocha; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró; Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande Belo Horizonte; Caixa Escolar Alexandre Bernardes Primo; Caixa Escolar Clara Luciano Pereira; Caixa Escolar Dr. Arnaldo Faria Tavares; Associação dos Moradores do Bairro Gomes; Caixa Escolar Monsenhor Alfredo Dohr; Caixa Escolar Dr. Jacinto Campos; Centro Operário de Luz; Caixa Escolar Dona Tilosa; Associação do Congado dos Devotos de Nossa Senhora do Rosário; Caixa Escolar da Escola Estadual Nossa Senhora de Guadalupe; Associação de Amparo aos Doentes Mentais São João Batista; Prefeitura Municipal de Caratinga; União Comunitária de Entre-Folhas; Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Raul Soares; Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Raul Soares; Associação dos Amigos das Crianças de Rio Acima; Associação de Amigos de Auxílio Mútuo e Assistencial do Bairro da Serra do Cabral; Prefeitura Municipal de Carangola; Prefeitura Municipal de Carangola; Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE -; Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE -; Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande Belo Horizonte; Conselho de Desenvolvimento Comunitário Vila Curimataí; Associação Cultural Arte Quintal; Obras Sociais da Paróquia São Norberto; Obras Sociais da Paróquia São Norberto; Obras Sociais da Paróquia São Norberto; Associação Luta Pela Vida do Bairro Sombra da Manhã; Tiradentes Esporte Clube; Instituto de Reeducação Santa Teresinha. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa da Assembléia, sendo relatores da matéria os Deputados Wanderley Ávila, 1º Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4º-Secretário, que emitem pareceres pela aprovação dos processos, os quais submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Reuniões, 20 de junho de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Miguel Martini - Glycon Terra Pinto - Geraldo Rezende - Romeu Queiroz.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL**

Às dez horas do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Arnaldo Canarinho, Almir Cardoso e Olinto Godinho, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Olinto Godinho que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente esclarece ter a reunião a finalidade de ouvir o Sr. Antônio Cândido, Presidente do IMA, e os representantes da Presidência da Associação dos Frigoríficos de Minas e do Espírito Santo - AFRIG -, Srs. Roberto Ferri Amaral, Vice-Presidente, Mauro Soares Costa, Diretor Financeiro, Antônio Jesus Penna, Secretário Executivo, e Paulo Caldeira Brant, Assessor, que prestam esclarecimentos sobre o abate clandestino de gado que vem ocorrendo neste Estado, e apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente convida os representantes do IMA e da AFRIG para tomar assento à mesa. A seguir, passa à leitura dos Ofícios nºs 3/95-CR, do Deputado Federal Abelardo Lupion, Presidente da Comissão Especial Destinada a Estudar Alternativas para a Atualização Monetária dos Débitos nas Operações de Crédito Rural, Destinadas a Custeio, Comercialização e Investimento, da Câmara dos Deputados, e 924/95 GAB/DERE/SE-2, do Chefe do Departamento Regional Sudeste 2 do IBGE-MG, Sr. Carlos Alberto Pereira. Em seguida, designa o Deputado Arnaldo Canarinho para relatar o Requerimento nº 454/95, de autoria do Deputado Carlos Pimenta. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, a Presidência passa a palavra ao Deputado Arnaldo Canarinho, autor do requerimento que originou o convite às citadas autoridades. Esse parlamentar discorre sobre os motivos de seu requerimento. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados, que, cada um por sua vez, fazem sua abordagem acerca da questão. O Sr. Antônio Cândido exhibe filme e slides elucidativos do tema em questão. Encerrada a fase de exposição, passa-se aos debates. Os convidados respondem às perguntas formuladas pelos Deputados, e a Presidência informa que os assuntos ventilados nesta reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas. Logo após, suspende a reunião para os cumprimentos finais aos convidados. Reabertos os trabalhos, verifica-se a presença dos Deputados já citados. O Presidente passa a palavra ao Deputado Arnaldo Canarinho, que emite parecer concluindo pela aprovação do Requerimento nº 454/95. Colocada em votação, é aprovada a proposição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Paulo Piau, Presidente - Olinto Godinho - Almir Cardoso - João Leite.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Às dez horas e quinze minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Aílton Vilela e Glycon Terra Pinto (substituindo este ao Deputado Alberto Pinto Coelho, por indicação da Liderança do PP), membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, o Deputado Aílton Vilela assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Geraldo Nascimento que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias da pauta. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente, relator do Projeto de Lei nº 159/95, no 1º turno, com parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, submete a discussão e votação a matéria, que é aprovada. A Presidência submete a votação, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487, o Requerimento nº 366/95, com parecer favorável, o qual é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Raul Lima Neto, Presidente - Almir Cardoso - Anderson Adauto - Irani Barbosa.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O ENXUGAMENTO E A DESATIVAÇÃO DE AGÊNCIAS E DEPENDÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Às quinze horas e trinta minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Almir Cardoso, Olinto Godinho e Bonifácio Mourão, membros da Comissão supracitada. O Presidente registra a presença da Deputada Maria José Haueisen e do Sr. Wagner Eustáquio Guimarães Gomes, Superintendente do Banco do Brasil, e os convida a tomar assento à mesa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Cardoso, declara abertos os trabalhos

e esclarece que a reunião se destina a ouvir os Srs. Wagner Eustáquio Guimarães Gomes, Superintendente do Banco do Brasil no Estado de Minas Gerais; José Carlos Sandes, Secretário-Geral do Sindicato dos Bancários de Teófilo Otôni, e Prefeitos e Vice-Prefeitos de Câmaras Municipais de municípios das regiões do Jequitinhonha e do Mucuri. Prosseguindo, o Presidente solicita ao Deputado Olinto Godinho que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Logo após, concede a palavra ao Sr. Wagner Eustáquio Guimarães Gomes, que tece comentários sobre a situação das agências do Banco do Brasil nas regiões do Jequitinhonha e do Mucuri. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Sr. José Carlos Sandes, que questiona o representante do Banco do Brasil sobre o fechamento de agências do referido Banco no interior do Estado. Após essa explanação, abre-se amplo debate entre os convidados e os parlamentares presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Bonifácio Mourão se retira da reunião e é substituído pelo Deputado José Henrique. Com a palavra, o Presidente, Deputado Almir Cardoso, registra a presença do Sr. Sebastião Milanez, representante do Deputado Nilmário Miranda, e solicita que ele se pronuncie. Ato contínuo, o Presidente indaga se algum dos convidados gostaria de fazer uso da palavra. Continuando, o Presidente reforça o convite ao Superintendente do Banco do Brasil para que esteja presente nas próximas reuniões da Comissão. Ainda com a palavra, o Deputado Almir Cardoso sugere às Lideranças presentes que elaborem um documento denominado "Carta do Vale", em que possam esboçar o sentimento e a preocupação daquela população. Essa carta será encaminhada, em forma de abaixo-assinado, à Superintendência do Banco do Brasil. A sugestão é acatada pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Almir Cardoso, Presidente - Anderson Adauto - Clêuber Carneiro.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Às dez horas e quinze minutos do dia treze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo, Arnaldo Penna e Anivaldo Coelho, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, a Comissão resolve encaminhar requerimento ao Presidente da Assembléia, solicitando o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 72, 75, 76, 83, 85, 86, 87, 114 e 116/95, com base no disposto no art. 287, II, do Regimento Interno. A Presidência passa à apreciação da matéria constante na pauta, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Simão Pedro Toledo, relator do Projeto de Lei nº 79/95, emite parecer mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 129/95 ao Deputado Arnaldo Penna, que emite parecer mediante o qual conclui pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Nos termos do art. 189 do Regimento Interno, é o Projeto de Lei nº 129/95 encaminhado à Mesa da Assembléia para inclusão em ordem do dia. Com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator do Projeto de Resolução nº 238/95, emite parecer em que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Na fase de discussão do parecer, fazem uso da palavra os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo e Anivaldo Coelho, que solicita vista do projeto, pedido deferido pelo Presidente. Neste momento, comparece à reunião o Deputado Antônio Genaro, a quem o Presidente passa a palavra para relatar o Projeto de Lei nº 6/95. O relator emite parecer mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Anivaldo Coelho solicita vista do projeto, pedido deferido pelo Presidente. Com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator do Projeto de Lei nº 231/95, emite parecer em que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Ainda com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator dos Projetos de Lei nºs 251 e 260/95, emite pareceres mediante os quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade das proposições. Submetidos a discussão e votação, cada um por vez, são aprovados os pareceres. Em seguida, passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Antônio Genaro, relator do Projeto de Lei nº 108/95, emite parecer em que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição. Submetido a discussão e votação, é

aprovado o parecer. O Presidente redistribuiu os Projetos de Lei nºs 233, 247, 249, 254, 255, 257 e 259/95 ao Deputado Antônio Genaro, que emite pareceres mediante os quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 249 e 254/95 com as emendas que receberam o nº 1 e das demais proposições. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, solicita que seja lavrada a ata e encerra os trabalhos. Sala das Comissões, 20 de junho de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Arnaldo Penna - Anivaldo Coelho - Elbe Brandão - Simão Pedro Toledo - Cléuber Carneiro.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS QUE PERMITAM A AVALIAÇÃO DA REAL EXTENSÃO DO PROBLEMA DA VIOLÊNCIA PERPETRADA CONTRA A MULHER, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS**

Às quinze horas e dez minutos do dia treze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Almir Cardoso, Bonifácio Mourão e Maria Olívia, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bonifácio Mourão, declara abertos os trabalhos e solicita à Deputada Maria Olívia que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Registra-se, na oportunidade, a presença das representantes do Tribunal de Justiça; do Movimento Popular da Mulher; e da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, Sras. Rosana de Mont'Alverne; Maria Izabel Ramos de Siqueira; e Benilda Regina Paiva de Brito, respectivamente. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da Comissão e solicita ao relator que proceda à sua leitura. Logo após, o Deputado Almir Cardoso tece considerações sobre o trabalho concluído e, nessa oportunidade, é parabenizado pela Presidência, em virtude da síntese feita e das conclusões apresentadas. Em seguida, o Deputado Bonifácio Mourão submete a discussão o relatório apresentado, que sofre algumas alterações pelo próprio relator, conforme as notas taquigráficas. Colocado em votação, é o relatório final aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Almir Cardoso apresenta dois requerimentos, nos quais solicita que os membros desta Comissão entreguem em mãos o relatório final dos trabalhos, após aprovado em Plenário, às autoridades mencionadas no relatório e que o Presidente desta Casa destine a 1ª parte da reunião do Plenário, em dia a ser definido, para a entrega do relatório final desta Comissão. Colocado em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Almir Cardoso agradece o trabalho da assessoria, que contribuiu para o êxito final desta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente suspende os trabalhos por alguns instantes para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita à Deputada Maria Olívia que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente declara encerrada a reunião e concluídos os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1995.

Bonifácio Mourão, Presidente - Almir Cardoso - Maria Olívia.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Dimas Rodrigues, Sebastião Costa, Dílzon Melo, José Maria Barros, João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, bem como os Deputados Paulo Piau e Marcelo Gonçalves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião, solicita ao Deputado Dimas Rodrigues que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes, e faz leitura da seguinte correspondência: do Sr. Pedro Euzébio de Sá, ex-Vereador do Município de Mesquita, opinando contrariamente à emancipação do Distrito de Perpétuo Socorro bem como a outros processos que tramitam nesta Casa; da Prefeitura Municipal de Itamarandiba, manifestando total apoio à emancipação do Distrito de Aricanduva; do Sindicato Rural de Esmeraldas, manifestando-se contrariamente à emancipação dos Distritos de Melo Viana e Tijuco; da Prefeitura Municipal de Cordisburgo, declarando apoio à emancipação do Distrito de Lagoa Bonita; do Deputado Federal Philemon Rodrigues, solicitando a rejeição do projeto de lei que versa sobre a transferência da sede da Superintendência Regional da Fazenda de Pirapora para o Município de Patos de Minas; do Sr. José Lopes da Silva, Presidente da Comissão Emancipacionista do Distrito de Piedade, no Município de Caratinga, manifestando a sua preocupação diante das emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 1/95, de autoria do Deputado Anderson Aduato. Por decisão da Presidência, é reenviado à Mesa da Assembléia Legislativa o parecer sobre o processo de emancipação do Distrito de Indaiabira, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação nº 16/95, do Deputado Péricles Ferreira, considerando que o expediente assinado pelo Vereador Marceno Pereira de Brito não constitui representação contra o referido processo. A seguir, a Presidência informa que a finalidade da reunião é

apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado Dílzon Melo apresenta requerimento oral no qual solicita a inversão de pauta, que é deferida pela Presidência. Com a palavra, o Deputado Dílzon Melo faz leitura do parecer do processo de emancipação dos Distritos de Frei Serafim e Guarataia, no Município de Itambacuri, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação nº 163/95, do Deputado Wanderley Ávila, concluindo pelo arquivamento do processo. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 37, de 1995, a Presidência determina o arquivamento do referido processo. A seguir, o Deputado Dílzon Melo apresenta requerimento solicitando prazo regimental para emitir seu parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 149/95, do Deputado Wanderley Ávila, referente ao Distrito de São Sebastião da Vargem Alegre, no Município de Mirai, o qual é deferido pelo Presidente. O Requerimento de Emancipação nº 173/95, do Deputado Paulo Pettersen, referente aos Distritos de Alvorada e Ponte Alta de Minas, no Município de Carangola, deixa de ser apreciado em virtude de requerimento apresentado pelo relator, Deputado Dílzon Melo, no qual solicita seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Carangola para que informe o número exato de moradias localizadas no núcleo urbano do Distrito de Alvorada, destinado a sediar, como cidade, o novo governo municipal, caso ocorra a emancipação pleiteada. O requerimento é deferido pela Presidência. Neste momento, o Deputado Sebastião Costa comunica que se ausentará da reunião e é substituído pelo Deputado Paulo Piau, conforme indicação da Liderança do PFL. Dando prosseguimento, são lidos, discutidos e aprovados por unanimidade, cada um por sua vez, os pareceres sobre os seguintes processos de emancipação, bem como os respectivos requerimentos a serem encaminhados ao Presidente da Assembléia com solicitação de encaminhamento de ofício ao TRE para que proceda à consulta plebiscitária nos distritos emancipandos, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 1995: do relator, Deputado José Henrique, Requerimento de Emancipação nº 162/95, do Deputado Antônio Júlio, referente ao Distrito de São Vicente da Estrela, no Município de Raul Soares; do relator, Deputado João Batista de Oliveira, Requerimentos de Emancipação nºs 158/95, do Deputado Elmo Braz, referente ao Distrito de Senador Mourão, no Município de Diamantina, e 161/95, referente ao Distrito de Quartel do Sacramento, no Município de Bom Jesus do Galho; do relator, Deputado José Maria Barros, Requerimento de Emancipação nº 165/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, referente aos Distritos de Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo, no Município de Viçosa; do relator, Deputado Dimas Rodrigues, Requerimentos de Emancipação nºs 164/95, do Deputado Anderson Adauto, referente ao Distrito de Honorópolis, no Município de Campina Verde, e 166/95, do Deputado Romeu Queiroz, referente ao Distrito de Marilândia, no Município de Itapecerica; do relator, Deputado Ivair Nogueira, Requerimentos de Emancipação nºs 154/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, referente ao Distrito de Oratórios, no Município de Ponte Nova, e 160/95, do Deputado Ermano Batista, referente aos Distritos de Barra do Ariranha e Limeira de Mantena, no Município de Mantena. A seguir, o Deputado José Henrique passa a Presidência ao Deputado Dimas Rodrigues para que possam ser apreciados os requerimentos de emancipação de sua autoria. Continuam sendo lidos, discutidos e aprovados por unanimidade, cada um por sua vez, os pareceres sobre os seguintes processos de emancipação, bem como os respectivos requerimentos a serem encaminhados ao Presidente da Assembléia com solicitação de encaminhamento de ofício ao TRE para que proceda à consulta plebiscitária nos distritos emancipandos, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 1995: do relator, Deputado José Maria Barros, Requerimento de Emancipação nº 142/95, do Deputado José Henrique, referente aos Distritos de Xonim de Baixo e Xonim de Cima, no Município de Governador Valadares; do relator, Deputado Dimas Rodrigues, Requerimento de Emancipação nº 177/95, referente ao Distrito de Ravena, no Município de Sabará. O Requerimento de Emancipação nº 152/95, do Deputado José Henrique, referente ao Distrito de Vai-Volta, no Município de Tarumirim, deixa de ser apreciado em virtude de requerimento do relator, Deputado Ivair Nogueira, que pede seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Tarumirim solicitando que informe a esta Comissão se no núcleo urbano do Distrito de Vai-Volta existem mais de 400 moradias, o qual é deferido pelo Presidente. O Deputado Ivair Nogueira apresenta também requerimento solicitando prazo regimental para emitir seu parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 156/95, do Deputado José Henrique, referente ao Distrito de Taparuba, no Município de Ipanema, o qual é deferido pelo Presidente. O Deputado Dimas Rodrigues retorna a direção dos trabalhos ao Deputado José Henrique. A seguir, são lidos, discutidos e aprovados por unanimidade, cada um por sua vez, os pareceres dos seguintes requerimentos de emancipação que concluem pelo arquivamento dos processos: do relator, Deputado José Maria Barros, Requerimento de Emancipação nº 171/95, do Deputado Péricles Ferreira, referente ao Distrito de Nova Matrona, no Município de Salinas; do relator, Deputado Ivair Nogueira, Requerimento de Emancipação nº 174/95, do Deputado Marcelo Cecé, referente aos Distritos de JK e Angueretá, no Município de Curvelo. Nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 37, de 1995, a Presidência determina

o arquivamento dos referidos processos. O Requerimento de Emancipação nº 167/95, redistribuído ao Deputado Paulo Piau e de autoria do Deputado Gil Pereira, referente aos Distritos de Aparecida do Mundo Novo, São Pedro da Garça e Santa Rosa de Lima, não foi apreciado em virtude de requerimento apresentado pelo relator solicitando que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Montes Claros para que informe a esta Comissão o número exato de moradias localizadas nos núcleos urbanos dos Distritos de Aparecida do Mundo Novo e de Nova Esperança, o que foi deferido pelo Presidente. Esgotada a matéria da 1ª parte da Ordem do Dia, a Presidência passa à 2ª fase, compreendendo a discussão e a votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia, e passa a palavra ao Deputado Ivair Nogueira para proceder à leitura do parecer sobre o Requerimento nº 400/95, de autoria do Deputado Paulo Piau, que requer a inclusão das regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. O relator, por seu parecer, conclui pela aprovação do requerimento, que, colocado em votação, é aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 1995.

José Henrique, Presidente - Dílzon Melo - José Maria Barros - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - Dimas Rodrigues - Leonídio Bouças.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

Às dez horas do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Ronaldo Vasconcellos e Antônio Roberto, membros da Comissão supracitada. Encontra-se, presente, também, o Deputado Geraldo Nascimento. Havendo número regimental, o Deputado Ivo José declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a ouvir o Sr. Wilfred Brandt, Diretor Superintendente da BRANDT Meio Ambiente, e apreciar as matérias constantes na pauta. A seguir, o Presidente solicita ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Logo após, o Presidente convida o Sr. Wilfred Brandt a tomar assento à mesa e registra a presença do Sr. Markus Weber, Engenheiro Florestal e Consultor da BRANDT Meio Ambiente. Logo após, passa a palavra ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, autor do requerimento que motivou o convite, que tece comentários sobre o assunto. A seguir, o Deputado Ivo José passa a palavra aos convidados para suas exposições. O Sr. Wilfred Brandt discorre sobre o conteúdo e a idéia básica do mapeamento de biótopos, uma metodologia genuinamente alemã utilizada para avaliar ecossistemas urbanos e rurais, e o Sr. Markus Weber fala da avaliação da poluição ambiental a partir da observação dos líquens das árvores. Segundo ele, os líquens estão quase extintos em algumas áreas de Belo Horizonte, o que mostra a existência de altas taxas de poluentes em pontos da Capital. Ao final da palestra, abre-se amplo debate entre os presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Não podendo continuar a participar da reunião os Deputados Ivo José e Antônio Roberto, as matérias constantes na pauta não são apreciadas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e dos demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 1995.

Ivo José, Presidente - Ronaldo Vasconcellos - Antônio Roberto - Wilson Trópia.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA**

Às dez horas e trinta minutos do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Anivaldo Coelho, Paulo Piau e Ivair Nogueira (substituindo este ao Deputado Álvaro Antônio, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Verificada a ausência do Presidente e do Vice-Presidente, o Deputado Anivaldo Coelho assume a Presidência e, havendo número regimental, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece ter a reunião a finalidade de apreciar a pauta e designa o Deputado Paulo Piau para relatar o Requerimento nº 437/95, de autoria do Deputado Dimas Rodrigues. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. A Presidência procede à leitura de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, em que se solicita seja convidado o Sr. Sebastião Virgílio Almeida Figueiredo, Diretor-Geral do Departamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais - DRH-MG -, para, em reunião da Comissão, prestar esclarecimentos sobre os processos de irrigação no vale do rio Verde Grande. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Encerrada essa fase, a Presidência passa a palavra ao Deputado Paulo Piau, que emite parecer concluindo pela aprovação do Requerimento nº 437/95. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência

agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Anivaldo Coelho, Presidente - Paulo Piau - Elbe Brandão - Sebastião Helvécio.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Olívia, José Maria Barros e Marcelo Gonçalves (substituindo este à Deputada Elbe Brandão, por indicação da Liderança do PDT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Marcelo Gonçalves que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente distribui ao Deputado José Maria Barros os Projetos de Lei nºs 32, 57, 122, 130 e 218/95. Passa-se à 2ª parte da reunião, fase em que são discutidas e votadas as proposições sujeitas à deliberação conclusiva das Comissões. O Deputado José Maria Barros emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 32, 57, 122, 130 e 218/95, que, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo - José Maria Barros.

---

#### **ORDENS DO DIA**

---

#### **ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 27/6/95**

##### 1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

###### 1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 67/95, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a incorporação de cursos superiores de fundações por meio de ajustes ou convênios. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. O parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 69/95, do Deputado José Bonifácio, que assegura direito aos servidores de função pública. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 77/95, do Deputado Jorge Hannas, que contém normas previdenciais relativas a pensão e contribuição. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 117/95, do Deputado Wanderley Ávila, que transfere o Município de Turvolândia da circunscrição da Delegacia Regional de Saúde de Varginha para a circunscrição da Delegacia Regional de Saúde de Pouso Alegre. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Santa Cruz de Minas, quanto à sua emancipação do Município de Tiradentes.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Pedra Menina, quanto à sua emancipação do Município de Rio Vermelho.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Estêvão de Araújo, quanto à sua emancipação do Município de Araponga.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Queixada, quanto à sua emancipação do Município de Novo Cruzeiro.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Quem-Quem e Barreiro da Raiz, quanto à sua emancipação do Município de Janaúba.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Ponto do Marambaia e Maranhão, quanto à sua emancipação do Município de Carai.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Crisólia e São José do Mato Dentro, quanto à sua emancipação do Município de Ouro Fino.

#### 2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 3/95, do Deputado Marcos Helênio, que cria o Código Estadual do Meio Ambiente. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 46/95, do Deputado Marcos Helênio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Resende Costa. Incluído em ordem do dia, observado o disposto no art. 141 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/95, do Deputado Raul Lima Neto, que declara de proteção ambiental áreas de interesse ecológico situadas na bacia hidrográfica do rio Pandeiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/95, do Deputado Gilmar Machado, que cria a Área de Preservação Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

#### **ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/6/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4/95, do Deputado Marcos Helênio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 220/95, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 204/95, do Deputado Antônio Júlio; 187/95, do Deputado Marcelo Cecé; 176/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 242/95, da Deputada Elbe Brandão; 228/95, do Deputado Jairo Ataíde; 232/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Requerimento nº 506/95, do Deputado Simão Pedro Toledo.

Convidadas: Sras. Berenice Menegale, Secretária de Estado da Cultura, e Norma Goes Monteiro, Diretora do Arquivo Público Mineiro.

Finalidade: discutir a política a ser implementada pelo Governo Estadual para o Arquivo Público Mineiro e a desativação das consultas na hemeroteca do órgão mencionado.

#### **ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/6/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 253/95, do Deputado Gilmar Machado; 104/95, do Deputado Jorge Hannas; 239/95, do Deputado José Bonifácio; 5 e 241/95, do Deputado Marcos Helênio; 215/95, do Deputado Toninho Zeitune; 235/95, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 205/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 273/95, do Deputado Anderson Adauto; 292/95, do Deputado Dinis Pinheiro; 283 e 296/95, do Deputado Geraldo Rezende; 280/95, do Deputado Glycon Terra Pinto; 269/95, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 268/95, do Deputado Kemil Kumaira; 265 e 295/95, da Deputada Maria Olívia; 275/95, do Deputado Mauri Torres; 264/95, do Deputado Sebastião Helvécio; 266 e 274/95, do Deputado Toninho Zeitune; 267 e 290/95, do Deputado Wanderley Ávila.

## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

---

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Proceder a Estudos sobre o MERCOSUL e Seu Impacto Político,  
Econômico e Social em Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Pinto Coelho, Bilac Pinto, José Maria Barros e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada, para a reunião preparatória, a ser realizada no próximo dia 27, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 1995.

Kemil Kumaira, Presidente "ad hoc".

---

## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

---

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 38/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 38/95, de autoria da Deputada Maria José Haueisen, que declara de utilidade pública a Fundação Gregório F. Baremlitt, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI Nº 38/95**

Declara de utilidade pública a Fundação Gregório F. Baremlitt, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Gregório F. Baremlitt, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 39/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 39/95, de autoria do Deputado José Bonifácio, que declara de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Barbacena - APADEQ -, com sede no Município de Barbacena, foi aprovado no 2º turno na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI Nº 39/95**

Declara de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Barbacena - APADEQ -, com sede no Município de Barbacena.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos

Dependentes Químicos de Barbacena - APADEQ -, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 58/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 58/95, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Ordem e Progresso, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 58/95**

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Ordem e Progresso, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Ordem e Progresso, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 59/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 59/95, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a entidade Grande Oriente de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 59/95**

Declara de utilidade pública a entidade Grande Oriente de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Grande Oriente de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 60/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 60/95, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a Caixa de Assistência e Beneficência do Grande Oriente de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 60/95**

Declara de utilidade pública a Caixa de Assistência e Beneficência do Grande Oriente de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Caixa de Assistência e Beneficência do Grande Oriente de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 88/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 88/95, de autoria do Deputado Ivo José, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Betim, com sede no Município de Betim, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 88/95**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Betim, com sede no Município de Betim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Betim, com sede no Município de Betim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 91/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 91/95, de autoria do Deputado Francisco Ramalho, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Bela Vista - Bairro Recanto da Lagoa e Bairro Novo, com sede no Município de Pará de Minas, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 91/95**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Bela Vista - Bairro Recanto da Lagoa e Bairro Novo, com sede no Município de Pará de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Bela Vista - Bairro Recanto da Lagoa e Bairro Novo, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Jorge Eduardo de Oliveira.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 98/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 98/95, de autoria do Deputado Ermano Batista, que declara de utilidade pública a Associação Mão Amiga - AMA -, com sede no Município de Viçosa, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 98/95**

Declara de utilidade pública a Associação Mão Amiga - AMA -, com sede no Município de Viçosa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Mão Amiga - AMA -, com sede no Município de Viçosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**Nº 102/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 102/95, de autoria do Deputado Sebastião Helvécio, que declara de utilidade pública o Hospital São Sebastião de Recreio, localizado no Município de

Recreio, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI N° 102/95**

Declara de utilidade pública o Hospital São Sebastião de Recreio, localizado no Município de Recreio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Hospital São Sebastião de Recreio, localizado no Município de Recreio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

#### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 105/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei n° 105/95, de autoria do Deputado Paulo Pettersen, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Júlia Kubitschek, com sede no Município de Coronel Fabriciano, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI N° 105/95**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Júlia Kubitschek, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Júlia Kubitschek, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

#### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 106/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei n° 106/95, de autoria da Deputada Maria José Haueisen, que declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias da Caridade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Bom Despacho, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI N° 106/95**

Declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias da Caridade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação das Voluntárias da Caridade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

#### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 107/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei n° 107/95, de autoria do Deputado Bonifácio Mourão, que declara de utilidade pública a Associação Hospitalar São Sebastião de Alpercata, com sede no Município de Alpercata, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI N° 107/95**

Declara de utilidade pública a Associação Hospitalar São Sebastião de Alpercata, com sede no Município de Alpercata.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Associação Hospitalar São Sebastião de Alpercata, com sede no Município de Alpercata.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**N° 125/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei n° 125/95, de autoria da Deputada Maria Olívia, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de São Tiago, com sede no Município de São Tiago, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1°, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI N° 125/95**

Declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de São Tiago, com sede no Município de São Tiago.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de São Tiago, com sede no Município de São Tiago.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

José Maria Barros, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - Maria Olívia.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**N° 126/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei n° 126/95, de autoria da Deputada Maria Olívia, que declara de utilidade pública a Fundação e Associação para Reintegração e Assistência Social a Viciados e Carentes - FARASVEC -, com sede no Município de Lagoa da Prata, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1°, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI N° 126/95**

Declara de utilidade pública a Fundação e Associação para Reintegração e Assistência Social a Viciados e Carentes - FARASVEC -, com sede no Município de Lagoa da Prata.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Fundação e Associação para Reintegração e Assistência Social a Viciados e Carentes - FARASVEC -, com sede no Município de Lagoa da Prata.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

José Maria Barros, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - Maria Olívia.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI**

**N° 155/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei n° 155/95, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública o Conselho Central de Nossa Senhora da Piedade da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Caeté, foi aprovado no 2° turno, na forma do vencido no 1° turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1°, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI N° 155/95**

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Nossa Senhora da Piedade da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Caeté.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Nossa Senhora da Piedade da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Caeté.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI  
Nº 200/95**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 200/95, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública a Associação do Povoado de Santana, com sede no Município de Sericita, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 200/95**

Declara de utilidade pública a Associação do Povoado de Santana, com sede no Município de Sericita.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Povoado de Santana, com sede no Município de Sericita.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira, relator - José Maria Barros.

---

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Inexigibilidade de Licitação nº 33/95**

Em 20/6/95, despacho do Sr. Presidente autorizando, com base no art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993, a aquisição de uma assinatura anual da "Legislação Informatizada Saraiva-LIS" à Saraiva Data Ltda. - R\$954,00.

---